

# INTERESSE NACIONAL

ANO 14 • NÚMERO 53 • ABRIL – JUNHO 2021

[www.interessenacional.com.br](http://www.interessenacional.com.br) e [www.interessenacional.com](http://www.interessenacional.com)

## **Bolsonaro e o Centrão: Novas Alianças, Velhos Problemas**

Helena Chagas

## **Bolsonaro: Armas, Ideologia e Poder**

Augusto de Arruda Botelho

## ***Do America First para America Is Back:* Primeiros Dias da Diplomacia de Biden**

Rubens Ricupero

## **Biden Equilibra Retórica e *Realpolitik* na Política Externa**

Igor Gielow

## **Governança Tecnológica é Central para as Relações Internacionais**

Ronaldo Lemos

## **Itaipu e o Desafio da Continuidade**

José Luiz Alquéres

Altino Ventura Filho

## **Após 30 anos, Mercosul Requer Freio de Arrumação**

Rubens Barbosa

# C-390 MILLENNIUM MISSÃO CUMPRIDA

A aeronave multimissão C-390 MILLENNIUM está servindo à Força Aérea Brasileira, cumprindo as expectativas e apoiando no combate à Covid-19. O C-390 é também a aeronave escolhida por Portugal e pela Hungria para atender a seus próprios e exigentes requisitos operacionais. Combinando sistemas avançados e tecnologias comprovadas com uma rede mundial de fornecedores respeitáveis, o C-390 MILLENNIUM é uma adição versátil a qualquer força aérea e é a aeronave mais confiável, fácil de operar e eficiente da sua categoria.

#ParaUmMundoDiferente



c-390.com

Registro fotográfico realizado pela Força Aérea Brasileira em uma das missões de combate à COVID-19 no Brasil.

 **EMBRAER**

CHALLENGE.  
CREATE.  
OUTPERFORM.

# INTERESSE NACIONAL

# INTERESSE NACIONAL

Ano 14 • Número 53 • Abril-Junho de 2021

Editora  
Marili Ribeiro

Editor Responsável  
Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	José Luis Fiori
Carlos Eduardo Lins da Silva	Leda Paulani
Cláudio Lembo	Luiz Fernando Figueiredo
Claudio de Moura Castro	Luiz Bernardo Pericás
Cláudio R. Barbosa	Luiz Carlos Bresser-Pereira
Daniel Feffer	Miguel Lago
Demétrio Magnoli	Renato Janine Ribeiro
Eugênio Bucci	Ricardo Santiago
Gabriel Cohn	Ronaldo Bianchi
João Geraldo Piquet Carneiro	Roberto Livianu
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
José Gregori	Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates  
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.  
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à  
ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B  
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil  
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA  
Via Corporativa Comunicação • [viacorporativa@viacorporativa.com.br](mailto:viacorporativa@viacorporativa.com.br) • Tel. (11) 4327-1000

PUBLICIDADE



[atendimento@lemidia.com](mailto:atendimento@lemidia.com) • (11) 3078-5840

[www.interessenacional.com](http://www.interessenacional.com) • ISSN 1982-8497

*Imagem da capa:* [www.pixabay.com](http://www.pixabay.com)

# Sumário

ANO 14 • NÚMERO 53 • ABRIL-JUNHO DE 2021

## 6 Apresentação

### ARTIGOS

## 9 Bolsonaro e o Centrão: Novas Alianças, Velhos Problemas

HELENA CHAGAS

*Ao traçar um cenário do Congresso a partir das lideranças que assumiram em fevereiro o comando da casa – o deputado Arthur Lira e o senador Rodrigo Pacheco –, a consultora de Comunicação Helena Chagas crava: “o Centrão não é, nem nunca foi, reformista”. Para ela, o grupo que se abriga sob essa denominação e que elegeu os seus representantes no atual Legislativo forma-se por políticos eleitos dentro do tradicional patriarcalismo da política brasileira, impulsionado à base do controle de cargos e verbas destinadas pela máquina federal a estados e municípios. Sem convicções ideológicas delineadas e ávidos em negociar apoios, o Centrão tem sido presença constante na aprovação de todas as reformas até hoje, seja nesse ou em outros governos.*

## 14 Bolsonaro: Armas, Ideologia e Poder

AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO

*A reflexão elaborada pelo criminalista Augusto de Arruda Botelho sobre a presença militar no governo Bolsonaro parte*

*do que ele classifica como “bastante previsível” quando se analisa o histórico do capitão Bolsonaro em sua “proximidade com e a enorme influência dos quartéis”. Sendo assim, ele pondera que hoje há no Brasil “mais militares como ministros de Estado do que a vizinha Venezuela”. Além disso, o governo possui “mais militares entre ministros do que três dos cinco presidentes que governaram o País durante a ditadura militar”. Feito esse paralelo, ele destaca que, embora a legitimidade das Forças Armadas venha do fato de elas não serem um ator essencialmente político, é evidente que se dá a politização da instituição quando militares passam a fazer parte direta de um governo. “Mais do que isso: confundem-se as figuras de militares ativos e da reserva, fazendo com que a relação das Forças Armadas com o governo federal torne-se cada vez mais delicada e complexa.”*

## 19 Do America First para America is Back: Primeiros Dias da Diplomacia de Biden

RUBENS RICUPERO

*O embaixador Rubens Ricupero avalia os 100 dias da diplomacia de Joe Biden e observa forte transformação na agenda internacional. Acredita, entretanto, que “o mais difícil está por vir” e clas-*

sifica as numerosas mudanças em três categorias. A primeira reflete a opção pela primazia dos meios diplomáticos e a valorização do multilateralismo e da ordem mundial com volta ao Acordo do Clima de Paris; suspensão da retirada da OMS; aceitação da candidata nigeriana na diretoria-geral da OMC; retorno ao Conselho de Direitos Humanos; e prorrogação do acordo sobre controle de armas com a Rússia. A segunda reúne ações para sinalizar abandono de orientação “trumpista”: abolição de medidas contra ingresso de cidadãos muçulmanos e africanos; aumento da cota de refugiados; reforma da política de imigração; e suspensão do muro na fronteira com México. A terceira, concentra questões contemporâneas que requerem estratégias de longo prazo e participação de aliados. Engloba desafios como redefinição da agenda de segurança com China, Rússia, Irã, Oriente Médio e Coreia do Norte; aquecimento global; e comércio internacional.

## 25 Biden Equilibra Retórica e Realpolitik na Política Externa

IGOR GIELOW

“Uma guinada retórica em relação às más práticas do mandarinato de Donald Trump, mas com mudanças reais bem mais cautelosas.” Em síntese, é assim que o jornalista Igor Gielow interpreta os primeiros movimentos do governo americano em sua política externa. Pondera que “os motores da história operam em rotação mais lenta

do que os do mundo hiperconectado das redes sociais, e o presidente Joe Biden, até aqui, mostrou ter plena compreensão da necessidade de trabalhar com os dois diapasões”. Ao navegar sobre o momento vivido nos EUA, o autor ressalta ser preferível que a maior economia do planeta esteja integrada aos esforços globais no combate ao vírus. Lembra ainda que, além dos freios e contrapesos típicos da democracia americana, o poder presidencial no país é circunscrito por eventos exógenos. “A Guerra da Coreia (1950), a Baía dos Porcos (1961) e o 11 de Setembro (2001) definiram presidências que nem sonhavam em lidar com tais problemas. A própria invisibilidade da pandemia lança uma nota cautelar disso a Biden – e, por extensão, a todos os países.”

## 30 Governança Tecnológica É Central para as Relações Internacionais

RONALDO LEMOS

Ao considerar os protagonismos que o Brasil vem perdendo nos últimos anos, o advogado dedicado aos temas tecnológicos Ronaldo Lemos lamenta a perda de relevância nessa área de governança, porque a tecnologia tornou-se central para as relações internacionais. Temas como inteligência artificial, internet das coisas, criptomoedas, cibersegurança ou 5G, que até recentemente eram discutidos por setores específicos, fazem parte integral da diplomacia, dos organismos internacionais e das relações entre os países. Nesse sentido, o apagão do protago-

*nismo nacional ocorre no pior momento possível, já que a pandemia promoveu avanços nesse cenário em inúmeros âmbitos. Neste artigo, ele articula alguns princípios que podem orientar políticas relacionadas à tecnologia e aos seus desdobramentos para campos-chave do debate no plano internacional. Na sua visão, o País precisa deixar a mera condição de consumidor de tecnologia para se tornar produtor. “Não há país que possa almejar desenvolvimento hoje sem construir seu caminho para participar da economia do conhecimento.”*

### 36 Itaipu e o Desafio da Continuidade

JOSÉ LUIZ ALQUÉRES

ALTINO VENTURA FILHO

*José Luiz Alquéres e Altino Ventura Filho, que acompanham de longa data o Tratado de Itaipu, escrevem sobre a necessidade de o Brasil criar grupos de estudo e negociação para não vir a ser surpreendido em futuras mesas de trabalho a partir de 2023, quando se completa o aniversário de 50 anos do acordo com o Paraguai para a criação da barragem hidrelétrica de Itaipu. Depois de cinco décadas, o Paraguai é outro país, mais desenvolvido, com uma classe média instruída, uma agricultura pujante e grande exportador de uma energia limpa e renovável. O tratado é marco na diplomacia dos dois países e chegará em 2023 avaliando se deverá seguir com um Anexo C ajustado e renegociado. Na avaliação dos articulistas, não se deve perder de vista os altos propósitos que enseja-*

*ram este capítulo das relações internacionais no Brasil com o país vizinho.*

### 41 Após 30 anos, Mercosul Requer Freio de Arrumação

RUBENS BARBOSA

*O embaixador Rubens Barbosa aborda as três décadas de existência do processo de integração dos países do Cone Sul, iniciativa que alternou períodos de forte expansão e estagnação. Salientando a inevitável pauta diplomática, com preocupações com meio ambiente, mudança do clima e preservação das florestas entrando definitivamente na agenda global, o autor afirma que o Mercosul terá que adotar outras práticas se quiser ratificar o acordo em discussão com a União Europeia. “O fortalecimento do Mercosul, em termos econômicos, requer vontade política para entender o que está acontecendo no mundo e reagir adequadamente. Depois de 30 anos, o Mercosul precisa de um freio de arrumação”, pondera. Novos temas entram na discussão, como cadeias produtivas regionais, acumulação de origem, autonomia regional soberana, 5G e estratégia de negociação conjunta. O Protocolo de Ouro Preto – que em 1994 criou a União Aduaneira – prevê que os países-membros podem convocar conferência para examinar sua estrutura, funcionamento e operação. Em vista do quadro geral e das importantes propostas em pauta, essa conferência poderia discutir políticas e medidas para fortalecer e revigorar o Mercosul.*

# Apresentação



**D**emandas em diferentes escalas sobre impactos da atual pandemia global – que, no momento, se estende para uma terceira onda em vários países – monopolizam mundialmente agendas de autoridades há um ano, completado em março de 2021. Conforme informações compiladas nesse período pela empresa de dados BITES, há registros de 5 milhões de textos on-line em inglês, português e espanhol, com menções ao assunto. Nas redes sociais, os números são estratosféricos. No Facebook, as interações, com a presença dos termos Coronavírus e Covid-19 publicados, somam 15,2 bilhões de curtidas, compartilhamentos e comentários. No Twitter, há 1,7 bilhão de posts com referências ao tema. Não temos como escapar, as atenções se concentram sobre o desenrolar dessa tragédia pelo ataque do pior vírus dos últimos 100 anos.

Porém, com ou sem *lockdown* ou busca por soluções administrativas para o insuficiente estoque global de vacinas, as rotinas da vida em sociedade e de seus governos precisam seguir o ritmo em seus microcosmos de sobrevivência em suas infinitas decisões e debates.

No Brasil, um dos braços dos três poderes que sustentam a jovem democracia do País, o

Legislativo, elegeu, em fevereiro, lideranças para condução da Câmara dos Deputados e do Senado nos próximos dois anos. Quem vai ocupar essas cadeiras interessa a todos os brasileiros. Por isso, a *Revista Interesse Nacional* convidou a jornalista e consultora de Comunicação Helena Chagas, com vasta experiência nos bastidores em Brasília, para escrever sobre a ascensão do grupo denominado Centrão ao poder. A articulista considera que o grupo que se abriga sob essa denominação é formado por políticos eleitos dentro do tradicional patriarcalismo da política nativa, impulsionado à base do controle de cargos e verbas destinadas pela máquina federal a estados e municípios. Sem convicções ideológicas delineadas e ávidos por negociar apoios e se manterem no poder, o Centrão tem sido presença constante na aprovação de reformas, seja na atual gestão ou nos outros governos. Tudo, lógico, depende do que o Executivo é capaz de oferecer para obter apoio em suas proposições. Prática inerente ao jogo do poder.

Na esfera presidencial, a forte presença de militares em cargos, que, nos últimos anos, foram sempre ocupados por civis, ganha destaque. Quem faz uma reflexão em artigo para a publicação é o advogado criminalista Augusto de Arruda Botelho. Na sua

avaliação, o histórico de vida do capitão Bolsonaro sempre manteve intensa convivência e proximidade com as polícias militares e os quartéis. Essa realidade leva, naturalmente, à presença desses servidores públicos em postos no governo. Botelho relaciona que, hoje no Brasil, existem mais militares servindo como ministros de Estado do que na vizinha Venezuela, assim como mais militares entre ministros do que três dos cinco presidentes que governaram o País durante a Ditadura Militar. Feito esse paralelo revelador, ele destaca que, embora a legitimidade das Forças Armadas venha do fato de elas não serem um ator essencialmente político, é evidente que há politização da instituição quando militares passam a fazer parte direta do governo.

**N**os EUA, os primeiros passos da diplomacia de Joe Biden já sinalizam novos rumos e possibilidades perante as suas múltiplas influências nas relações globais. A *Interesse Nacional* pediu ao embaixador e ex-ministro Rubens Ricupero e ao jornalista e ex-correspondente internacional Igor Gielow, que acompanham de longa data o cenário das relações internacionais, avaliações sobre a arrancada do governo que traz de volta ao centro da política americana o partido democrata, após a gestão do republicano Donald Trump.

Ricupero avalia os 100 dias da diplomacia Biden observando forte transformação na agenda global. Ele acredita que o mais difícil está por vir e classifica as mudanças em três categorias. Todas anunciam a opção pela primazia dos meios diplomáticos e a valorização do multilateralismo e da ordem mundial baseada em normas, assim como reúnem ações que sinalizam abandono de orientação “trumpista”. O maior desafio se

concentra nas questões contemporâneas que requerem estratégias de longo prazo e participação de aliados, engloba redefinição da agenda de segurança com China, Rússia, Irã, Oriente Médio e Coreia do Norte, e a temática do aquecimento global além dos destinos do comércio internacional.

Gielow escreve sobre equilíbrio de Biden entre a retórica e realpolitik na política externa. O autor vê uma guinada eloquente em relação às más práticas do mandarinato de Trump, mas com mudanças reais bem mais cautelosas. Em síntese, ele interpreta que os primeiros movimentos do governo americano operam em rotação mais lenta do que os do mundo hiperconectado das redes sociais, embora Biden demonstre plena compreensão da necessidade de trabalhar com os dois diapasões. O articulista ressalta ser até preferível que a maior economia do planeta esteja integrada aos esforços globais no combate ao vírus da Covid-19. Lembra ainda que, além dos freios e contrapesos típicos da democracia americana, o poder presidencial no país é circunscrito por eventos exógenos – casos como a Guerra da Coreia (1950), a Baía dos Porcos (1961) e o 11 de Setembro (2001) – definiram presidências que nem sonhavam em lidar com tais problemas. Logo, a própria imprevisibilidade da pandemia lança uma nota cautelar a Biden.

A era digital hiperconectada, acentuada no universo pandêmico, entrou na pauta pela questão de a governança tecnológica tornar-se central para as relações internacionais. Quem escreve a respeito é o advogado dedicado aos temas tecnológicos Ronaldo Lemos. Sem subterfúgios, ele lamenta que entre os protagonismos que o Brasil perde nos últimos anos está a relevância nessa área de governança. Temas como inteligência artificial, internet das coisas, criptomoedas,

cibersegurança e 5G, que até recentemente eram discutidos por setores específicos, agora fazem parte integral da diplomacia, dos organismos internacionais e das relações entre países. O apagão do protagonismo brasileiro ocorre no pior momento possível, já que a pandemia promoveu avanços em inúmeros âmbitos de aplicações tecnológicas para a vida em sociedade. Neste artigo, ele articula princípios que podem orientar políticas relacionadas aos seus desdobramentos para campos-chave do debate no plano internacional. Um deles é o País deixar a mera condição de consumidor de tecnologia e inovação e passar a produzir, já que não há como almejar desenvolvimento sem participar da economia do conhecimento.

Outros temas que devem entrar no radar das discussões nacionais abrangem negociações que se divisam para a continuidade de acordos internacionais, caso do da hidrelétrica de Itaipu, cujo aniversário de 50 anos será em 2023. José Luiz Alquéres e Altino Ventura Filho, que acompanham os destinos do Tratado de Itaipu, refletem sobre a necessidade de o Brasil criar grupos de estudo para não vir a ser surpreendido em futuras mesas de trabalho. Acentuam que, depois de cinco décadas, o Paraguai é outro país, mais desenvolvido, com classe média instruída, agricultura pujante e é grande exportador de energia

limpa e renovável. Em 2023, será avaliado se deverão seguir com o Anexo C ajustado e, eventualmente, renegociado. Na avaliação dos articulistas, não se deve perder de vista os propósitos deste capítulo das relações do Brasil com o país vizinho.

Outro acordo que merece atenção, como escreve o embaixador Rubens Barbosa, traz à baila as três décadas do processo de integração dos países do Cone Sul, iniciativa que alternou períodos de forte expansão e estagnação, mas que, depois de 30 anos, requer freio de arrumação. Ele ressalta que há preocupações com meio ambiente, mudança do clima e preservação das florestas entrando definitivamente na agenda global, e o Mercosul terá que adotar outras práticas se quiser ratificar o acordo em discussão com a União Europeia. Na sua opinião, o fortalecimento do Mercosul em termos econômicos requer vontade política para entender o que está acontecendo no mundo. O Protocolo de Ouro Preto – que em 1994 criou a União Aduaneira – prevê que os países-membros podem convocar uma conferência para examinar sua estrutura, funcionamento e operação. Sendo assim, em vista do quadro geral e das propostas na agenda, essa conferência poderia vir a discutir políticas e medidas para fortalecer e revigorar o Mercosul.

Boa leitura,

OS EDITORES

# Bolsonaro e o Centrão: Novas Alianças, Velhos Problemas

.....

HELENA CHAGAS

**A** dupla que assumiu o comando do Congresso nesta segunda metade do mandato de Jair Bolsonaro – o líder do Centrão, deputado Arthur Lira (PP-AL), na Câmara, e o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), no Senado – dá ao presidente da República a segurança de que, salvo remotas mudanças de conjuntura, não sofrerá *impeachment* nem será alvo de processos de afastamento do cargo. As certezas, porém, acabam aí. Ao se empenhar, com cargos, emendas e outros recursos, pela aliança que permitiu a eleição dos dois políticos, o Planalto pode ter se livrado de problemas de sobrevivência política que não deixavam Bolsonaro dormir, mas ganhou outros. Contrariou o discurso com o qual se elegeu, o que pode ter consequências de imagem. Abriu mão de poder ao escancarar o governo ao Centrão – aquele grupo conhecido pelo fisiologismo que negociou apoio a todos os governos nos últimos 30 anos. Acima de tu-

.....  
HELENA CHAGAS é jornalista e exerceu funções de repórter, colunista e direção em diversos órgãos de mídia, como os jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal de Brasília* e SBT. Foi diretora de jornalismo da TV Brasil/EBC e ministra-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Hoje atua como consultora de comunicação e analista política na TAG Comunicação, escrevendo para diversos sites e blogs.

do, essa vitória no Legislativo não assegura a aprovação da agenda liberal reformista que alguns esperam.

Nas últimas semanas, foi ficando claro que, mesmo com suas novas alianças políticas, ainda falta à articulação política do governo Bolsonaro um importante ingrediente: o consenso interno em torno de uma agenda unificada, de um projeto de País que passe pela pauta do Legislativo, agregando em torno dela as forças políticas. Não se enxerga esse tipo de coisa no horizonte de hoje, e a desarticulação nasce dentro do próprio governo. Enquanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe oriunda de Chicago ainda seguram a bandeira meio esfarrapada do neoliberalismo, a cada dia mais pesada, o presidente da República dá sinais contraditórios.

Bolsonaro e a ala ideológica de seu governo priorizam um outro tipo de pauta, de viés conservador e com tinturas radicais. É a pauta das armas, da segurança, do voto impresso, do retrocesso nos costumes. A ela se agregam agora medidas de cunho populista que vão ajudar em sua campanha de reeleição no ano que vem. A dicotomia governamental ficou exposta no episódio da demissão do presidente da Petrobras, Roberto Castello

Branco, e na crise que se seguiu à tentativa de intervenção do presidente da República na política de preços da companhia.

Depois de um cataclisma no mercado, que levou em certo momento a uma queda de mais de R\$ 100 bilhões no valor da estatal, e do visível enfraquecimento do ministro da Economia, Bolsonaro fez o que costuma nessas ocasiões: voltou atrás. Atravessou os 500 metros de avenida que separam o Planalto do Congresso levando debaixo do braço uma medida provisória abrindo caminho para a privatização da Eletrobras e um projeto que acaba com o monopólio postal dos Correios. As propostas foram recebidas pelos dirigentes do Legislativo como sinal de remissão e renovação de fé no credo liberal. Mas começaram a tramitar num clima de “acredite se puder” em relação à sua aprovação.

Do lado parlamentar, as primeiras semanas de atividade de Arthur Lira, na Câmara, e de Rodrigo Pacheco, no Senado, mostraram que, ainda que sob nova direção, o Congresso Nacional é o mesmo. Dirigentes fortes e afinados com o Planalto e sua cuneta podem ajudar na votação dos projetos, mas a composição das duas Casas em nada mudou, bem como os interesses e as idiosincrasias de seus integrantes. Nos primeiros dias, Pacheco falhou, por exemplo, em fazer passar a PEC Emergencial com todos os penduricalhos de ajuste fiscal lá colocados pela equipe de Guedes, como o fim do piso constitucional de gastos para saúde e educação e medidas restritivas como a possibilidade de redução de salários e jornadas de trabalho de servidores públicos. Esse tipo de medida, que já não passava antes, continuou não passando.

Da mesma forma, na estreia de Arthur Lira na Câmara, o Centrão que o elegeu

mostrou que pode muito, mas não pode tudo. Lira sofreu uma derrota ao escolher como primeiro teste de poder um projeto corporativo, na contramão do drama vivido pela sociedade em tempos de agravamento da pandemia: patrocinada por ele uma semana depois de a Câmara manter a prisão decretada pelo STF para o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) por ofensas ao Tribunal, a Proposta de Emenda Constitucional que pretende restringir as condições em que um parlamentar pode ser preso morreu na praia. Os deputados mostraram ainda serem sensíveis às pressões da mídia e da opinião pública e mandaram a proposta voltar à estaca zero de tramitação.

Não há dúvidas, porém, de que, a recém-eleita dupla Pacheco-Lira, além de afinada ao Planalto, está mais forte e tem mais recursos para azeitar a relação com as bancadas do que seus antecessores. Em seus últimos tempos, quando se deixaram contaminar pela mosca-azul da reeleição, Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia mergulharam o Congresso numa paralisante disputa política. O cenário até 2022, porém, é incerto, e depende de uma série de variáveis. Algumas delas:

## 1. O pagamento da fatura ao Centrão

**O** Bolsonaro que, na campanha de 2018, percorreu o país com um discurso contra a política tradicional, condenando duramente o toma-lá-dá-cá nas relações entre Executivo e Legislativo, terá que pagar em dia a fatura ao Centrão se quiser manter a consistência desse acordo político. A grande dúvida entre deputados e senadores hoje é se o Planalto cumprirá todas as promessas que fez para eleger Lira e Pacheco – e não foram poucas. No Senado, os acertos foram feitos com um grupo integrado por PSD, DEM, PP,

PL e parte do MDB, as maiores bancadas. Ainda assim, não lhe garantem maioria de votos, que tem que ser pescada no varejo dos partidos menores. Na Câmara, onde se configura o Centrão propriamente dito, agora revitalizado com a eleição de Lira, o bloco tem formalmente 258 deputados – um a mais do que a maioria absoluta da Casa –, integrado por PSL, PP, PL, PSD, Republicanos, PTB, Pros, PODE, PSC, Avante e Patriotas. Mas, é ampliado com o DEM e parte do MDB e do PSDB.

Até o momento, o Planalto parece vir cumprindo seus compromissos “a conta-gotas”, como dizem auxiliares presidenciais. O presidente distribuiu cargos nos escalões inferiores – e demitiu indicados por dissidentes que ficaram com a oposição. O ritmo das mudanças no desenho da Esplanada, para incluir na foto ministerial políticos do Centrão, vem ficando aquém do que desejariam seus caciques.

O primeiro convite da temporada foi para o deputado João Roma (Republicanos-BA), que assumiu a pasta da Cidadania, responsável pelo programa social mais importante do governo, o Bolsa Família – e pela coordenação dos pagamentos do novo auxílio emergencial que está sendo criado. Um prato apetitoso para qualquer político, ainda mais do Nordeste, e também para a Igreja Universal, que controla o partido de Roma. Em política, sobretudo para quem vai disputar eleição em 2022, o acesso ao cadastro de pobres de todo o país é ouro em pó.

Outros latifúndios irão para o Centrão em nome da suposta governabilidade ganha no Congresso – que, dizem alguns, para Bolsonaro passaria muito mais por salvar a si e a seus filhos de problemas políticos e judiciais do que propriamente por uma agenda reformista. Como ele precisa de proteção per-

manente, essa negociação vai se prolongar no tempo. Partidos do bloco estão de olho também em pastas como Educação e Saúde. Esta última, estratégica em tempos de pandemia, deve ir para um político do PP assim que a Covid-19 der trégua e não representar mais risco político a quem for nomeado titular da pasta. Turismo e Minas e Energia também estão na conta, este último como objeto de cobiça entre os senadores governistas.

Nos gabinetes do novo poder parlamentar, há também outro sonho de consumo: esquarterar o Ministério da Economia de Paulo Guedes, recriando Indústria e Comércio, Planejamento e até Trabalho para distribuir entre os seus. Esse plano não é imediato porque esbarra no próprio Guedes, que ameaça sair do cargo toda vez que ouve falar no assunto. Apesar de todos os percalços – como a intervenção presidencial na Petrobras e os dissabores na votação de suas PECs no Congresso –, o ministro ainda parece ter o apoio de Bolsonaro para permanecer no governo. A cada vez que sofre um golpe e se aborrece, Guedes é alvo de elogios públicos do chefe, que resolve – ainda que temporariamente e sem grande sinceridade – defender algumas de suas propostas, como as privatizações. Daí a trabalhar concretamente por elas, é outra coisa. Como quase sempre, no dia seguinte a uma agravo desse tipo, tudo volta ao normal, o enfraquecimento do ministro continua a atirar os tubarões do Centrão. Sentem o cheiro de sangue.

A nova correlação de forças do governo, resultante dessa aliança, esbarra ainda num outro protagonista, a ala militar. Com mais de 6 mil cargos, incluindo ministérios e o comando de estatais – até a Petrobras, para a qual foi indicado o general Silva e Luna –, os militares resistem a ceder espaço aos políticos do Centrão. Nos bastidores, há um

disputa acirrada. Os políticos atribuem ao entorno militar de Jair Bolsonaro no Planalto sua resistência em acelerar as nomeações – e dizem que, se não saírem, vão mudar seu comportamento do vinho para a água no Congresso.

## 2. Falta vocação reformista

O Centrão não é, nem nunca foi, reformista. Seus integrantes são, em sua maioria, políticos eleitos dentro do tradicional patriarcalismo da política brasileira, impulsionado à base do controle de cargos e verbas destinadas pela máquina federal a estados e municípios. Por outro lado, por também não ter convicções ideológicas contrárias, e por negociar seu apoio, o Centrão tem tido presença decisiva na aprovação de todas as reformas até hoje, nesse e em outros governos – inclusive a da Previdência. Filha única do mandato de Bolsonaro até hoje, a Previdência foi aprovada, sobretudo, pelo empenho do então aliado Rodrigo Maia na Câmara. Custou caro em matéria de emendas, recursos e nomeações – e parece ter esgotado as energias tanto do Legislativo quanto do Executivo. Enviadas ao Congresso, outras reformas, como as PECs fiscais e a administrativa, não andaram. A tributária, de iniciativa do próprio Congresso, mas acompanhada de perto pela Economia, tampouco avançou.

Mas a ala reformista do governo, liderada por Paulo Guedes, viu uma boa oportunidade: engajou-se nas campanhas de Lira e de Pacheco de olho na retomada da sonhada agenda de reformas. Com os acenos de Guedes e cia, o mercado também acolheu os dois candidatos. O alagoano Lira, por exemplo, de uma hora para outra passou a frequentar a Faria Lima e vem, para espanto de muitos

colegas, sustentando um inusitado discurso liberal. Há grandes dúvidas, porém, em torno de até onde irá essa disposição, se ela vai se estender a todo o grupo e, acima de tudo, quanto vai custar.

No Senado de Rodrigo Pacheco, os primeiros testes da base governista fracassaram: a tentativa de Guedes de manter no relatório do senador Marcio Bittar (MDB-AC) à PEC Emergencial medidas fiscais como a extinção do piso constitucional de recursos para a educação e a saúde, e restrições de gastos com o corte de salários e jornadas de trabalho do funcionalismo morreu na praia logo nos primeiros dias do ano legislativo.

O Centrão não é lá muito fã de privatizações, e o projeto de lei que abre caminho para a capitalização da Eletrobras, agora substituído por uma medida provisória, dorme nas gavetas do Congresso há mais de dois anos. A proposta foi mandada por Michel Temer, no fim de 2018, e sequer teve sua comissão especial instalada na Câmara. A iniciativa nunca agradou às bancadas das regiões Norte e Nordeste, onde as empresas subsidiárias do sistema Eletrobras têm presença importante – sobretudo porque esses políticos costumam indicar seus dirigentes. Também não contou com a ajuda de Maia, que honrou um acordo feito com a oposição em sua eleição.

É possível aprovar essa agenda, ao menos em parte? Possível é. Mas, para obter algo que tenha algum impacto efetivo nas contas públicas, ou na redução da burocracia estatal, por exemplo, o governo terá que ir além do toma-lá-dá-cá dos cargos e emendas em troca de votos. O presidente da República teria que fazer o que parece não ser capaz: unificar a Babel de seu governo, passando a mensagem de que as reformas são

prioritárias, e liderar esse processo. Mas Jair Bolsonaro, sabe-se bem, nunca foi adepto da pauta liberal de reformas e privatizações. Levou quase um ano para mandar a reforma administrativa ao Legislativo e o fez a contragosto, só depois que Guedes lhe prometeu que ela só afetará futuros servidores.

Depois da crise de confiança desencadeada pela intervenção presidencial na Petrobras – motivada pelas reclamações dos caminhoneiros sobre o preço do diesel –, o Planalto até fez um esforço para tentar convencer o mercado de que a agenda neoliberal não está perdida. Bolsonaro elogiou Guedes, foi ao Congresso levar os projetos da Eletrobras e dos Correios e buscou alternativas para não interferir diretamente nos preços da companhia. Mas será que convenceu?

### **3. A popularidade de Bolsonaro e a proximidade de 2022**

O fator decisivo em qualquer análise de cenário para os quase 20 meses que nos separam das eleições gerais de 2022 é a expectativa de poder que o atual governo pode gerar. Com maiores ou menores benesses, o Centrão sustentará Bolsonaro enquanto ele tiver perspectivas de disputar de forma competitiva a reeleição e ganhar mais quatro anos de mandato. Como serão eleições gerais, também para os Legislativos federal e estaduais e para os governos dos estados, o mais importante para os partidos que estão com o Planalto hoje é se beneficiar dos recursos que a máquina federal pode oferecer – e entrar num projeto com chances de ser vitorioso, tendo o presidente da República como puxador de votos.

Mas, assim como é mestre em aderir aos governos, o Centrão tem fantástica habilidade para pular fora de canoas que correm

o risco afundar. Contribui para isso sua inconsistência ideológica. Embora tenha certo verniz de centro-direita, sua natureza lhe permite virar à direita ou à esquerda, sem maiores constrangimentos. Na atual conjuntura, sua trajetória dependerá do nível do desgaste (ou da popularidade) de Bolsonaro ao longo deste ano, decisivo para a disputa de 2022. Mantida a aprovação presidencial em patamares razoáveis, sua candidatura terá o apoio desses partidos, que vão se juntar à direita do bolsonarismo-raiz, os chamados “terraplanistas”, e podem até indicar o novo vice de Bolsonaro.

Caso contrário, o Centrão hoje bolsonarista deverá se fragmentar entre outras candidaturas presidenciais. Uma parte significativa do grupo poderá, por exemplo, se juntar à centro-direita não bolsonarista de Rodrigo Maia, João Dória e até apoiar Luciano Huck, entre outros.

Pressionado pela pandemia, que recrudescer e, depois de um ano, voltou a patamares dramáticos, pelo desemprego crescente e pela dificuldade de retomada da atividade econômica, Jair Bolsonaro tem visto seus índices de aprovação nas pesquisas caírem. Vem perdendo também o resto da confiança que ainda tinha junto aos setores das elites e ao mercado. Com atitudes populistas, e outras inevitáveis – como a retomada do auxílio emergencial –, vem tentando estancar a queda e recuperar popularidade. Sabe que disso dependerá a governabilidade na etapa final de seu mandato e, sobretudo, a força de uma candidatura à reeleição.

Comodamente instalado, o Centrão observa e usufrui de tudo de bom que um governo pode oferecer. Sair ou ficar é decisão para daqui a um ano.

# Bolsonaro: Armas, Ideologia e Poder

.....  
**AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO**

**A**o longo de 28 anos, nos seus seis mandatos como deputado Federal, Jair Bolsonaro, tirando uma ou outra insignificante polêmica por desastrosas falas suas, praticamente passou despercebido pela Câmara dos Deputados. Apresentou nessas quase três décadas projetos de pouca repercussão e pouca importância para a população em geral, tendo apenas dois sido aprovados.

Ao assumir a Presidência da República, até em razão de promessas típicas de uma campanha política, algumas movimentações e iniciativas eram absolutamente esperadas, outras eram previstas. No entanto, temos presenciado um número assustadoramente grande de atos praticados por Bolsonaro que julgava-se ser inimagináveis.

A reflexão feita nesse artigo partirá de algo bastante previsível, principalmente se

.....  
AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO é advogado criminalista, mes-  
trando em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direi-  
to da Fundação Getúlio Vargas. Especialista em Direito Penal  
Econômico pela Universidade de Coimbra e especialista em  
Direito Penal pela Universidade de Salamanca. Ex-Presidente  
e conselheiro do IDDD (Instituto de Defesa do Direito de  
Defesa). Conselheiro da *Human Rights Watch*.

analisado o histórico do capitão Jair Messias Bolsonaro: sua proximidade com e a enorme influência dos quartéis.

Temos hoje no Brasil, proporcionalmen-  
te, mais militares como ministros de Estado  
do que nossa vizinha Venezuela. Além dis-  
so, o governo de Bolsonaro possui mais mi-  
litares entre ministros do que três dos cinco  
presidentes que governaram o país durante a  
ditadura militar.

Além do próprio Bolsonaro e do vice-  
-presidente da República Hamilton Mourão,  
temos ainda dezenas de militares ocupando  
cargos políticos de extrema importância pa-  
ra o nosso país, e mais ainda para o momen-  
to atual.

Temos um militar, supostamente espe-  
cializado em logística, no comando do Mi-  
nistério da Saúde durante a maior e mais  
grave pandemia de nossa história recente.  
Tivemos, há bem pouco tempo, a retirada  
de um quadro técnico do comando da Pe-  
trobras e a passagem do controle dessa es-  
sencial empresa brasileira para as mãos de  
outro militar.

Diversas pesquisas de opinião, feitas re-  
centemente, atestam o prestígio das Forças

Armadas em nosso país. Boa parte de sua legitimidade, inclusive, vem do fato delas não serem um ator essencialmente político. Quando militares passam a fazer parte direta de um governo, é evidente que se politiza essa instituição. Mais do que isso: confundem-se as figuras de militares ativos e da reserva, fazendo com que a relação das Forças Armadas com o governo federal torne-se cada vez mais delicada e complexa.

Diante, portanto, dessa realidade, é essencial que nós saibamos, ainda que superficialmente, quem são, o que pensam e o que querem para o país esses homens e mulheres que influenciam sobremaneira o clã Bolsonaro.

### **Guerras e batalhas, ainda que imaginárias**

Começaremos pelo óbvio: militares são treinados para guerras e batalhas, nem que sejam elas apenas imaginárias. É essência da força motriz de militares em todo o mundo a existência de um inimigo, a existência de algo, tangível ou não, a enfrentar. Com a posição brasileira de um país pouco beligerante, pouco expressivo na política internacional, essencialmente quando tratamos de disputas dentro da política internacional, os inimigos reais para os militares brasileiros são hoje quase inexistentes. Há, portanto, desde nossa redemocratização, uma constante necessidade de encontrar alguém para se opor, combater, lutar.

Dentro dessa lógica surge com bastante importância o nome do general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho. É ele que, nos últimos anos, tem se mostrado, principalmente através de seus livros, um doutrinador de grande importância dentro das Forças Armadas. Em seu pensamento, além de um neoconservadorismo marcante, há elemen-

tos que são claramente vistos no dia a dia do governo federal brasileiro.

Vejam que presenciamos uma constante guerra cultural que, por vezes, se mescla com pautas voltadas aos costumes. Temos ainda a constante criação ou sustentação de antigos atores e inimigos a enfrentar. George Soros, o ex-presidente Lula, o Socialismo, as ONGs, os movimentos sociais e o tal Foro de São Paulo, são, dentro dessa doutrina, analogicamente nações que poderiam nos atacar.

O combate a eles – como se houvesse um real perigo nesses personagens – é o que cria uma paranoica persecutória apta a sustentar os ânimos de parte da caserna. O problema se mostra ainda mais grave quando a luta contra este inimigo imaginário ultrapassa os limites dos quartéis e se torna cotidiana em nossa vida política.

O governo Bolsonaro, em muitos aspectos, copiou e continua copiando bastante a administração do hoje ex-presidente Donald Trump; e, como sabemos, quase toda cópia é mal feita.

Um dos elementos muito marcantes da política atual americana, e essa característica foi mais marcante ainda no governo Trump, é a necessidade de se estar constantemente em campanha. Mesmo depois de eleito, Bolsonaro também continuou em campanha. Falas polêmicas sobre temas polêmicos são frequentemente objeto de intensa discussão em nosso país. Várias crises do governo atual derivaram dessas falas do nosso presidente.

Alguns cogitam serem elas uma espécie de cortina de fumaça. Não me alheio a essa posição. Para fazer uma cortina de fumaça, assim como em grandes batalhas é necessário inteligência, técnica e estratégia, elementos esses que fazem falta no atual governo. Portanto, quando o presidente, no meio de

uma guerra contra o coronavírus, manifestava-se sobre aborto, sobre a ideologia de gênero nas escolas, sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou sobre armas, está ele, na verdade, mantendo a chama de sua militância acesa.

## **Pai e filhos movidos a campanhas**

**B**olsonaro, seus filhos e colaboradores próximos estão sempre em campanha e a forma de fazer isso é justamente mantendo polêmicos temas de uma pauta bastante conservadora sempre em discussão. É isso que seus apoiadores gostam, é disso que a militância gosta e sabe falar.

Uma das pautas de sua eterna campanha, e essa para fins desta reflexão é de longe a mais importante, diz respeito à relação do governo federal com as armas e com as polícias.

Sob o pueril argumento de que o cidadão de bem precisa se defender e de que as armas teriam como justificativa a defesa da vida e da propriedade, Bolsonaro nunca escondeu que, se eleito, implementaria políticas e promulgaria leis para facilitar que a população civil se armasse. O que vemos hoje na prática, no entanto, é muito mais do que isso.

Compreende-se na lógica armamentista desburocratizar o acesso às armas, mas não há justificativa alguma, principalmente tomando como base os argumentos daqueles que querem se armar, a política de dificultar o rastreamento e a fiscalização dessas armas. Se as armas são de fato para serem usadas por cidadãos de bem para protegerem seu patrimônio e sua vida, qual mal em serem elas fiscalizadas e controladas? Mais ainda, partindo da sabidamente mentirosa premissa de que armas servem exclusivamente para defesa, qual a razão de se permi-

tir que cada membro de uma família tenha até seis armas e centenas, em determinados casos milhares, de projéteis à sua disposição? Com a mais recente alteração na lei, abre-se a possibilidade de em cada família e em cada lar brasileiro se montar um pequeno arsenal. Seria isso de fato apenas para defesa? Ou queremos acreditar agora nas palavras de um dos filhos do presidente que, por vezes, justifica esse altíssimo número de armas para aqueles praticantes de tiro esportivo ou de caça autorizada?

Ainda sobre as portarias que tratam do acesso às armas, importante mencionar que houve decisão judicial – até a data da elaboração desse texto as decisões não haviam sido reformadas – anulando a parte específica que previa um aumento na quantidade de munição possível de ser comprada. Mais grave do que isso, no entanto, foi a informação de que antes mesmo da publicação das portarias, uma nota produzida pela Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos do Estado-Maior do Exército afirmou que elas poderão “*ter como consequência uma fragilização para a segurança pública e para a política de Estado que foi inaugurada pelo Estatuto do Desarmamento, de controlar ou limitar a disseminação de armas de fogo no país*”. Ou seja, o próprio exército reconhece o perigo e as consequências de se armar indiscriminadamente a população.

## **Ruptura institucional**

**S**e nossos problemas se limitassem à questão das armas, já teríamos um problema bastante grave para lidar, mas não. Alguns acontecimentos, fatos e medidas tomadas pelo Governo Federal vão se interligando e nos levando à conclusão – e é aonde esse artigo pretende chegar – de que podemos es-

tar prestes a vivenciar uma grave e perigosa ruptura institucional.

Por um lado, então, Bolsonaro, concretizando sua promessa de campanha, arma a população. Em outro campo, não tão distante desse, mas muito próximo aos quartéis, o Governo desde o primeiro dia de sua posse vem implementando uma política com inúmeras benesses e facilidades aos militares e mais especificamente às polícias.

Bolsonaro tentou em seu pacote anti-crime – e continua tentando – modificar o Código Penal para nele incluir uma modalidade de excludente de licitude que poderá dificultar muito, quando não causar evidente impunidade, para policiais que matam em serviço. Bolsonaro também oferece afagos financeiros, tanto a militares quanto a policiais, sempre os colocando numa posição extremamente confortável no momento de se discutir reajustes salariais, por exemplo.

O governo vai além, quando nos indultos presidenciais, que praticamente foram abolidos na atual gestão, as garantias são apenas previstas para essas categorias.

Os indultos somados às bonificações financeiras mostram um evidente interesse de aproximação da presidência com esses atores da sociedade. Isso, de certa forma, seria normal dado o histórico de Bolsonaro. Polícias são e compõem, evidentemente, sua base de apoio, e é natural que queira ele delas se aproximar cada vez mais. O grave, ou atípico, é quando esta aproximação passa longe de uma simples afinidade. Realmente grave é quando percebemos que o presidente se aproxima com a intenção de ter controle.

A previsão constitucional que dispõe sobre a segurança pública em nosso país é bastante clara: cabe aos estados e aos seus respectivos governadores as diretrizes e o comando nessa área. Consequência lógica

disso é que cabe aos governos estaduais o controle de suas polícias. Forças de segurança pública estaduais são executoras de uma política pública de segurança determinada por aqueles que mais próximos estão dos problemas a se enfrentar.

Em razão de sua proporção continental, o Brasil é um país com características completamente diferentes, e isso inclui o campo da criminalidade e da segurança pública. Natural, então, que governadores tenham total autonomia para gerir seus estados conforme melhor entenderem. Essa autonomia representa em nosso sistema constitucional um dos mais importantes alicerces do modelo institucional da Federação. Nosso pacto federativo, mais do que uma previsão expressa da Constituição, é essencial para garantir o funcionamento das instituições republicanas.

Por outro lado, é evidente que deve o governo federal propor, criar e discutir uma política nacional de segurança pública. Mais do que isso, há previsões legais expressas da participação direta de forças federais em casos bastante específicos, como em intervenções da Força Nacional de Segurança ou uso de militares em momentos cujos critérios devem ser rigorosamente observados.

Para que fique claro: é importante e até esperado que haja uma união de forças, estratégias e conhecimentos, voltados ao combate à criminalidade e à implementação de medidas que, nacionalmente, possam melhorar essa área tão sensível. O que difere bastante de qualquer medida que, sob o pretexto de se combater o crime pretenda, na verdade, aumentar o controle do governo federal sobre quem de fato executa uma política de segurança pública, ou seja, as polícias.

Poucas vezes na história do nosso país uma possível ruptura institucional foi tão publicamente antecipada.

## Metralhadora de bravatas

Entre os mais céticos, há aqueles que sustentam a possibilidade de Bolsonaro e seu entrono mais próximo ser uma espécie de metralhadora de bravatas. As constantes ameaças de desobediência – em caso de uma derrota nas urnas em 2022, poderíamos ter no Brasil cenas bem piores do que as tristes vistas no capitólio americano – seriam apenas falas impensadas de um presidente conhecido por seus frequentes arroubos.

Não me filio a essa ingênua conclusão.

O governo federal tem desde o dia de sua posse implementado uma série de medidas e apresentado projetos de lei que facilitariam a concretização de seu plano de poder.

Dizer, como o presidente fez, que quer armar a população para se proteger de governadores seria apenas uma bravata típica de campanha, se não fosse pelo fato de que efetivamente há uma série de medidas con-

cretas, tomadas pelo governo, para armar a população e permitir que, em cada casa, em cada família, tenhamos a possibilidade de ter um pequeno exército.

Dizer que ONGs são responsáveis pelo desmatamento e que movimentos sociais são, na verdade, um instrumento para a implementação de um regime socialista no Brasil, pode ser uma bravata. Colocar um ministro da Justiça a serviço de um presidente, no seu ímpeto de perseguir lideranças sociais com a instauração de inquéritos policiais que se utilizam da Lei de Segurança Nacional para investigar cidadãos, é completamente diferente.

Agradar as polícias aumentando salários ou concedendo indultos era mais do que esperado no governo Bolsonaro, era evidente. Tentar medidas para controlá-las, não.

As falas estão aí e as medidas necessárias para que essas falas sejam colocadas em prática também. Só não vê quem não quer.

# Do *America First* para *America Is Back*: Primeiros Dias da Diplomacia de Biden

.....  
**RUBENS RICUPERO**

**E**m menos de 100 dias, a diplomacia de Biden transformou a agenda internacional dos Estados Unidos. Contudo, o mais difícil está por vir. As mudanças foram tão numerosas que justificam classificação em três categorias.

A primeira inclui lista já respeitável: volta ao Acordo do Clima de Paris; suspensão da retirada da Organização Mundial de Saúde; aceitação da candidata nigeriana como diretora-geral da Organização Mundial de Comércio; anúncio da intenção de retorno ao Conselho de Direitos Humanos; prorrogação por mais cinco anos do acordo Novo SALT sobre controle de armas estratégicas com a Rússia.

Essas medidas apresentam alguns traços em comum: produzem efeito instantâneo e refletem opção pela primazia dos meios diplomáticos, a valorização do multilateralis-

mo e da ordem mundial baseada em normas. Dependiam apenas da vontade do governo americano e, num caso, também da Rússia, que já expressara disposição de aceitar a prorrogação do Novo SALT.

O segundo grupo abrange ações corretivas, simbólicas ou efetivas, para sinalizar abandono da orientação de Trump: abolição de medidas discriminatórias contra ingresso nos EUA de cidadãos procedentes de países muçulmanos e africanos; aumento da cota de refugiados de 12 mil para 125.000 por ano; reforma da política de imigração, incluindo iniciativas para regularizar a situação dos *Dreamers*; suspensão da construção do muro na fronteira com o México.

As medidas desse segundo grupo se assemelham às do primeiro por resultarem de decisões executivas unilaterais do governo de Washington, não dependerem de assentimento de outros governos e produzirem efeitos internacionais, embora a rigor pertençam mais à esfera interna do que externa.

A terceira categoria engloba os desafios mais difíceis: a redefinição de estratégias para lidar com os principais problemas da agenda de segurança dos Estados Unidos: China, Rússia, Irã, Oriente Médio, Coreia do Norte; o aquecimento global; e o comer-

.....  
RUBENS RICUPERO é jurista, diplomata e tem forte atividade como economista, sendo presidente honorário do *think tank* Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Na carreira diplomática exerceu funções de assessor internacional do presidente eleito Tancredo Neves e do presidente José Sarney; de representante do Brasil junto aos órgãos da ONU sediados em Genebra; e de embaixador nos Estados Unidos. Foi ministro do Meio Ambiente no governo Itamar Franco, e da Fazenda, no de Fernando Henrique Cardoso.

cio internacional. Ela concentra as grandes questões contemporâneas, vai além da capacidade do poder unilateral americano, requer estratégias de longo prazo e participação ativa de aliados. Em contraste com os dois primeiros grupos, o balanço até agora consiste mais em intenções do que realizações, esboços de políticas ainda não plenamente elaboradas e muito menos executadas.

O caso do Irã ilustra a dificuldade de avançar nessa área. Biden gostaria de voltar ao acordo plurilateral para controlar o programa nuclear iraniano, abandonado por Trump. No entanto, um mês depois de tomar posse, ordenou ataques retaliatórios na Síria contra milícias apoiadas por Teerã. Não suspendeu as sanções decretadas pelo antecessor, como exigiam os iranianos. Estes, em reação, rejeitaram a proposta de conversações informais, mantendo o impasse.

Biden sinalizou a diferença de sua abordagem por meio de ataque calibrado contra milícias pró-iranianas, isto é, sem visar diretamente ao alvo do Irã, mas deixando clara a disposição de responder a agressões indiretas de milícias. Na exposição mais abrangente da nova política externa feita em discurso no Departamento de Estado, em começo de fevereiro, o presidente anunciou que estava terminando todo apoio a operações ofensivas no Iêmen, inclusive vendas de armas, corrigindo a política de Trump de alinhamento com os sauditas.

Equilibrando com prudência esse relativo distanciamento da Arábia Saudita, o presidente americano reafirmou que continuaria a apoiar e ajudar os sauditas a se defenderem de ataques de forças equipadas pelo Irã. A mesma cautela dosou a publicação do relatório, inculcando o homem forte saudita pelo assassinato atroz do jornalista Jamal Khashoggi, balanceado pela decisão de pou-

par de sanções diretas o príncipe que detém o poder efetivo no reino.

O desafio de Biden reside em definir política capaz de levar Teerã à mesa de negociação em troca da gradual suspensão das sanções. O objetivo não se limita apenas a dar cumprimento pleno ao acordo de controle nuclear. Visa igualmente chegar a um *modus vivendi* a respeito das ações desestabilizadoras de milícias apoiadas pelo Irã no Iraque, na Síria, no Iêmen e no Líbano, como querem os aliados regionais dos EUA (Israel, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos). Com a aproximação da eleição presidencial iraniana em junho, cada vez se reduz mais a oportunidade de articular estratégia tão complexa e ambiciosa. Talvez por isso, o discurso no Departamento de Estado cite o Irã somente de forma tangencial.

### **Restaurar a fórmula dos “dois Estados”**

**O**tra questão de complexidade igual ou superior que ficou de fora do discurso é a de Israel, onde o governo Biden gostaria de restaurar a moribunda fórmula dos “dois Estados”, sem abrir mão dos avanços da política de Trump em normalização das relações israelenses com vários países árabes. Para tanto, dispõe-se a manter a transferência da embaixada a Jerusalém, outro legado do governo anterior.

Os exemplos do Irã e Israel indicam como um abismo separa a intenção da realidade. Desde Obama, os EUA desejariam libertar-se do Oriente Médio, a fim de deslocar para a Ásia seu foco estratégico principal. A região, porém, desfaz todos os planos de retirada, como prova o Afeganistão, que devora vidas americanas desde 2001.

Por mais importante que seja a ameaça do Irã, Biden sabe muito bem que ela não se

compara aos dois grandes desafios existenciais dos EUA: China e Rússia. No discurso do Departamento de Estado, o presidente refere-se à China como “nosso mais sério competidor” e à Rússia como determinada a “causar dano e perturbação” à democracia americana.

A partir de 2012, os americanos começaram a mudar a estratégia em relação à China com a chamada política do “*pivot to East Asia*”, a doutrina de Hillary Clinton e Obama de deslocar o eixo estratégico do Oriente Médio em direção à Ásia do Leste. Washington buscou reforçar o arco de alianças contornando a China, do Japão e Coreia do Sul, ao norte, passando pelo Sudeste asiático – Vietnã, Malásia, Indonésia, Filipinas e Tailândia –, até se fechar ao sul com a Índia, a Austrália e a Nova Zelândia.

Em abril de 2015, o *Council on Foreign Relations* divulgou o estudo *Revising US Grand Strategy Toward China (Revisando a Grande Estratégia dos EUA em relação à China)*, encomendado a Ashley J. Tellis e Robert D. Blackwill. O documento admitia francamente: “*Em razão de que o esforço americano para ‘integrar’ a China na ordem liberal internacional acabou por gerar novas ameaças à primazia dos EUA na Ásia – e, em consequência, poderia resultar num desafio ao poder americano globalmente – Washington necessita uma nova grande estratégia em relação à China que vise a contrabalançar o poder chinês em vez de continuar a ajudar sua ascensão*”.

A conclusão dos autores é igualmente sem ilusões: “*não existe real perspectiva de edificar ‘confiança básica’, ‘coexistência pacífica’, ‘mútuo entendimento’, uma ‘parceria estratégica’ ou ‘um novo tipo de relacionamento de grandes potências’ entre os EUA e a China. O máximo que se pode*

*esperar dos dois lados é cautela e previsibilidade autocontida, ao mesmo tempo em que a competição estratégica intensa EUA-China passa a ser o novo padrão normal*”.

## Sem clima para Guerra fria

Cabe agora ao governo Biden elaborar uma nova grande estratégia de competição com a China que não degenere simplesmente na reedição da velha Guerra Fria, com a pretensão de reduzir a vida internacional a essa disputa, obrigando os demais a escolher um dos lados. Deverá igualmente dosar o empenho de contrabalançar o poder de Pequim com a necessidade de obter sua cooperação em temas de interesse comum como a luta contra o aquecimento global, a prevenção de futuras pandemias e a não proliferação nuclear na Coreia do Norte e no Irã, os interesses da economia global.

Desde a campanha presidencial, Biden tem multiplicado declarações de que considera a política em relação à China como responsabilidade não só dos EUA, mas de seus aliados democráticos, devendo basear-se no consenso e na participação. É cedo para prever como essa intenção se traduzirá em realidade concreta. A assinatura, semanas antes da posse da nova Administração norte-americana, de dois megatratados que têm a China como participante central indica que a maioria dos países, mesmo aliados estreitos de Washington, não deseja regressar ao clima de divisão da Guerra Fria, preferindo continuar a explorar o potencial de cooperação com Pequim.

O primeiro foi o *Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP)*, firmado em Hanoi, em 15/11/2020, maior acordo de livre comércio até hoje, com 15 signatários, englobando China, Japão, Coreia do Sul,

Austrália, Nova Zelândia e nações do sudeste da Ásia. O segundo acordo, celebrado em 30/12/2020, consiste no *Comprehensive Agreement on Investments* entre a União Europeia e a China.

É significativo que, por ora, Biden tenha preferido deixar em vigor as sanções contra a China decretadas por Trump, como fez também com o Irã. Não se dispõe, no momento em que escrevo, de uma exposição sistemática da estratégia chinesa do novo governo similar ao *The Elements of the China Challenge*, do *Office of Policy Planning* do Departamento de Estado (novembro de 2020) ou aos discursos programáticos do vice-presidente Pence e do ex-secretário de Estado Mike Pompeo. Terá, portanto, de esperar algum tempo a comparação circunstanciada da estratégia de Trump com a apenas esboçada por Biden.

O que se pode dizer de imediato é que, apesar da retórica mais moderada, o presidente endureceu em substância na condenação pública dos campos de concentração da população uigur e das violações às liberdades de Hong Kong, em cotejo com a indulgência ou mal-disfarçada aprovação de Trump. A nova administração não parece haver amadurecido uma linha definitiva a respeito do comércio, aguardando o cumprimento pelos chineses dos compromissos assumidos no acordo assinado pelo governo anterior, em junho de 2020, cuja primeira fase de execução se viu prejudicada pela pandemia.

Não se sabe se e como o governo Biden pretende reagir aos grandes acordos comerciais e de investimento recentes fechados com a China por aliados tradicionais como a Europa, de um lado, e o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia, do outro. Esses acordos inviabilizam a abordagem de isolamento da China inaugurada por Oba-

ma no *Trans-Pacific Partnership Agreement (TPP)*, de 2016, abandonado por Trump no ano seguinte.

A ausência de uma estratégia comercial do novo governo e a declarada intenção do presidente de condicionar adicionais aberturas à recuperação da competitividade da indústria americana complicam ainda mais a tarefa de desenvolver resposta efetiva a essas iniciativas. Não obstante, alguns sinais recentes começam a oferecer indicações do que se está delineado.

Em fins de fevereiro, Biden ordenou que se procedesse a um levantamento das cadeias globais de suprimento em microchips, baterias de alta capacidade, produtos farmacêuticos básicos, minerais críticos e terras raras, com vistas a desenvolver alternativas à dependência excessiva em relação à China e outras poucas fontes asiáticas.

Por trás da iniciativa, perfila-se a ideia de uma grande aliança das “tecnodemocracias” para *overspend* a “tecoautocracia” chinesa na pesquisa das tecnologias de vanguarda que definirão a supremacia estratégica no futuro. Fora a Austrália em minerais e terras raras, os parceiros-chave na corrida por avanços – não só em chips, mas também em inteligência artificial –, computação quântica e outras tecnologias, seriam Taiwan, campeã mundial de semicondutores, Japão e Coreia do Sul.

Se, no discurso no Departamento de Estado, a China aparece mais como competidora, a Rússia figura, acima de tudo, na qualidade de agressora. Em contraste declarado com o predecessor, Biden afirma que os EUA não mais fingirão ignorar ações agressivas russas, entre as quais cita explicitamente a interferência nas eleições, os ataques cibernéticos e o envenenamento dos próprios cidadãos. Promete aumentar para a

Rússia o custo dessas ações e defender o povo americano e seus interesses vitais.

Distanciando-se claramente da atitude curiosamente pró-Putin de Trump, o governo Biden coordenou com os aliados europeus a aplicação de sanções contra Moscou devido à prisão do opositor Alexei Navalny e à repressão das manifestações contra sua prisão. À luz dos resultados parcos das sanções aplicadas no passado em punição pela anexação da Crimeia e a interferência secessionista na Ucrânia, parece pouco a fim de configurar estratégia efetiva para lidar com o desafio do audacioso líder russo, não apenas em seu entorno imediato, mas na Síria e outras regiões.

O comércio mundial constitui outra área na qual, até agora, as iniciativas da nova Administração dão continuidade na prática à linha anterior. O programa *Buy American*; a manutenção das sanções comerciais contra a China, de cotas para alumínio e aço; a preocupação com empregos e a indústria norte-americana; e a retórica implausível de que as regras internacionais desfavorecem os interesses dos EUA são quase indistinguíveis do discurso e da práxis do seu predecessor. Não revelam apetite particular pela liberalização do comércio, dando a impressão de que, da mesma forma que em relação à China, as mudanças ocorridas refletem a evolução da sociedade americana e vieram para ficar.

### **Avanços ambientais e Cúpula do Clima**

Já em relação ao meio ambiente, a reviravolta tem caráter radical e anuncia que o tema, confiado ao ex-secretário de Estado e ex-candidato presidencial John Kerry, deve ocupar posição central nas relações internacionais de Washington. O governo atual-

mente prepara a Cúpula do Clima, marcada para o Dia da Terra, 22 de abril, para a qual estão sendo convidados líderes das principais economias. A intenção anunciada é de persuadir os governos a elevarem a ambição de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (CND ou NDC em inglês), a fim de tornar possível atingir a meta do Acordo de Paris de limitar a elevação média da temperatura em até 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.

Com o retorno dos Estados Unidos ao Acordo de Paris e o anúncio de datas para a descarbonização das economias da União Europeia, da China, e do Reino Unido, cresceram as expectativas em torno da próxima reunião das Partes Contratantes da Convenção das Nações Unidas de Mudança Climática (COP 26), em Glasgow (Escócia), no final deste ano. Ademais de compromissos mais ambiciosos para atingir as metas de Paris, espera-se, entre outras medidas, a aprovação dos Mecanismos de Crédito de Carbono e de um fundo financeiro de 100 bilhões de dólares.

Um dos obstáculos enfrentados pelo governo Biden na preparação da reunião do Dia da Terra consiste em cobrar dos outros o que ele não tem: uma CND ambiciosa. A apresentada por Obama expirou com a retirada de Trump do Acordo de Paris e elaborar uma CND de acordo com parâmetros atualizados demanda tempo. Para o governo brasileiro, cuja contribuição pode ser decisiva, a Cúpula representa talvez a melhor e possivelmente única oportunidade de relançar em bases positivas suas relações com o governo Biden e a comunidade internacional em geral.

O próprio presidente reconheceu no discurso no Departamento de Estado que a situação interna americana cria problemas sérios de credibilidade para as iniciativas

que tenciona tomar na defesa da democracia e dos direitos humanos em âmbito global, como sua planejada Cúpula em favor da Democracia. Polarização e radicalização da sociedade, violência e terrorismo de extrema direita, desigualdade racial, discriminação contra as pessoas LGBTQI+ precisam ser superadas para que os EUA possam ter condições mínimas de reivindicar liderança moral nesses temas.

Idêntica preocupação transparece na prioridade absoluta que Biden conferiu a duas questões domésticas vitais: a supressão da Covid-19 por meio da vacinação e o programa maciço para revigorar a economia

americana. Em última análise, do êxito do presidente em reunificar a nação, eliminar a pandemia e recuperar a economia, depende em grande parte a possibilidade de conduzir uma política externa capaz de apagar a herança maldita deixada pelo predecessor e reconquistar o patrimônio perdido de prestígio e *soft power*.

.....  
**Nota cautelar:** *Terminei de escrever este artigo às 19 horas do dia 4 de março de 2021, exatamente 43 dias e 5 horas depois da posse de Biden. Trata-se obviamente de tempo insuficiente para balanço da política externa que seja algo mais do que panorama preliminar; sujeito a revisões e modificações à medida que essa política se desenvolva.*

# Biden Equilibra Retórica e *Realpolitik* na Política Externa

.....  
**IGOR GIELOW**

Os primeiros movimentos do novo governo norte-americano em sua política externa confirmaram expectativas de analistas: uma guinada retórica em relação às más práticas do mandarinato de Donald Trump, mas com mudanças reais bem mais cautelosas. Os motores da história operam em rotação mais lenta do que os do mundo hiperconectado das redes sociais, e o presidente Joe Biden até aqui mostrou ter plena compreensão da necessidade de trabalhar com os dois diapasões.

“A América está de volta. A diplomacia está de volta ao centro de nossa política externa”, disse Biden em seu primeiro discurso sobre o tema, numa visita ao Departamento de Estado em 4 de fevereiro, pouco depois de sua posse. É um truísmo, mas o mundo de espelhos partidos deixado pelos quatro anos de Trump parece exigir que obviedade e bom senso sejam reafirmados.

Ao apontar seu colega de duas décadas Antony Blinken, um profissional do ramo,

.....  
IGOR GIELOW é repórter especial da *Folha de S.Paulo*. No jornal desde 1992, foi correspondente internacional com passagens por Líbano, Argélia, Israel, Iraque, Paquistão e Afeganistão. Exerceu funções de editor, secretário de Redação e diretor da Sucursal de Brasília no Jornal e é autor do romance *Ariana*, publicado pela Record em 2015.

para chefiar a diplomacia, Biden asseverou ao mundo que os dias do apoplético Mike Pompeo em cima de seu palanque ficaram para trás. Suas primeiras medidas foram condizentes com o que pregara na campanha: o retorno dos Estados Unidos ao sistema internacional.

Após os anos Trump, em que qualquer organismo multilateral era qualificado como uma sucursal do Leviatã globalista, os EUA estão de volta aos Acordos de Paris e interromperam sua saída da Organização Mundial da Saúde (OMS). Não que sejam institutos impolutos: muito há de se criticar pela vista grossa feita pela OMS ao manejo inicial da pandemia da Covid-19 pela China, por exemplo. Isso dito, é preferível que a maior economia do planeta esteja minimamente integrada a esforços globais no combate ao vírus do que longe deles.

Biden terá de retomar uma discussão interrompida largamente por Trump acerca do papel dos EUA no mundo. Desde que a ordem pós-Guerra Fria, que supunha uma unipolaridade centrada em Washington, foi desmantelada com os desafios do jihadismo e a ascensão da China, os americanos se deparam com um dilema existencial. Grosso modo, como se manter como a principal po-

tência econômica e militar do planeta aceitando uma realidade multipolar cada vez mais dinâmica?

A resposta de Trump foi bater em retirada sempre que possível, e introduzir na Casa Branca o nacionalismo de cepa autoritária que caracteriza seus seguidores mundo afora, de Viktor Orbán e Rodrigo Duterte a Bolsonaro. Não foi, por certo, um movimento inexorável. Trump recuou diversas vezes, mas o dano que ele fez ao círculo de alianças dos EUA é histórico.

De forma lógica, Biden de saída procurou a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), principal elo geopolítico entre Washington e seus aliados europeus. Trump havia basicamente chamado a aliança criada em 1949 de obsoleta, o que não é um erro em si, mas nunca apresentou algum arranjo alternativo.

Biden também não parece ter algo na manga, mas ao menos não comprou hostilidade imediata dos europeus, particularmente os assustados membros orientais do clube. Ao contrário, falou do fantasma que os assombra em voz bem alta. Reafirmou em um telefonema franco com o russo Vladimir Putin seu descontentamento com as práticas do Kremlin e, em seu discurso de fevereiro, afirmou que não deixaria mais a Rússia envenenar oponentes ou interferir em eleições sem objeções.

Jogou para a plateia, claro, dado que na prática não há exatamente mais o que os EUA possam fazer: a elite política russa está sob sanções ocidentais desde que Putin anexou a Crimeia em 2014 e, se não está feliz, não parece facilmente impressionável com retórica.

Mais importante, Biden cedeu a Putin e aceitou a renovação do importante acordo de controle de armas nucleares estratégicas

New Start, que caducaria por obra de Trump em 5 de fevereiro. O americano ganhou tempo para lidar com questões mais urgentes, como a pandemia, mas a tática embute uma temeridade. Ao longo de seu governo, Trump tomou medidas que aproximaram o mundo de um conflito nuclear, ainda que acidental. Diplomatas e especialistas pedem a restauração de instrumentos de controle mais objetivos. Mas Biden não parece muito preocupado. Seu secretário da Defesa, Lloyd Austin, não é conhecido como um especialista na área nuclear. E o Departamento de Energia, que tem 75% de seu orçamento dedicado ao complexo de armas atômicas americanas, está na mão de uma aficcionada em veículos elétricos, Jennifer Granholm.

## **Brasil em cena**

Isso aponta outra vertente importante para entender a política externa de Biden, exatamente aquela que diz mais respeito ao Brasil. O presidente americano montou um time com alta densidade política para lidar com a mudança climática, compreendida como a maior ameaça global. Indicou um czar para a área, o ex-secretário de Estado John Kerry, democrata de quatro costados.

Durante a campanha eleitoral, Biden entrou em choque com Bolsonaro, um devoto do trumpismo com fortes tintas de negacionismo quando o assunto é o desmatamento das florestas brasileiras. Em um debate com Trump, Biden sugeriu que o Brasil poderia sofrer economicamente se continuasse a destruir suas matas, e Bolsonaro o acusou de interferência externa. Houve lances burlescos, como a “live” na internet na qual Bolsonaro disse para o chanceler Ernesto Araújo que, finda a diplomacia com os EUA, seria hora de usar “a pólvora”.

Noves fora o fato de que o gasto militar brasileiro, US\$ 22,1 bilhões segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (Londres) aferiu em 2020, cobririam apenas 11 dias do dispêndio americano com defesa, a própria ideia de confronto foi objeto de chacota.

O histórico de azedume mútuo também incluiu a compra, por parte do presidente brasileiro e de seus apoiadores, da ideia de Trump de que a eleição fora roubada do republicano em novembro passado. Não que Biden estivesse preocupado, mas simbolicamente Bolsonaro só o cumprimentou pela vitória no dia em que tomou posse. Nenhuma palavra tampouco foi dada condenando a sedição promovida por Trump, que estimulou seus apoiadores a invadirem o Capitólio no dia da confirmação da vitória do oponente, em 6 de janeiro.

Isso tudo desenhava um quadro de dificuldades para o Brasil, mas Biden tem fama de pragmático. Ele operou, do lado americano e na condição de vice de Barack Obama, a reaproximação dos EUA com o governo de Dilma Rousseff (PT) após o episódio em que mandatária brasileira foi espionada pela Agência de Segurança Nacional.

Assim, no dia 17 de fevereiro, Kerry teve sua primeira conversa virtual com dois expoentes do bolsonarismo mais ideológico, os ministros Araújo (Relações Exteriores) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). Pouco transpareceu do encontro, mas os relatos disponíveis dão conta de uma abertura de canal – bastante coisa, dada a expectativa e a história pregressa.

O Brasil, afinal de contas, exerce alguma atratividade para os EUA, nem que seja como anteparo à penetração chinesa na América Latina. E aí o jogo é favorável a Pequim, apesar de toda a animosidade provocada por

Bolsonaro e pelos seus, ao menos até perceberem que vacinas contra Covid-19 são centrais para a saída da crise atual e que elas são feitas a partir de insumos chineses.

Em 2001, a China respondia por 2,8% das transações comerciais brasileiras. Em 2020, liderou o ranking com 27,6%. Na mão inversa, os EUA viram sua fatia cair de 23,8% para 12,4% no mesmo período.

Mesmo a pressão norte-americana para que a China ficasse fora do fornecimento de infraestrutura para as futuras redes de tecnologia 5G no Brasil, que frutificou sob os auspícios da “relação especial” entre Trump e Bolsonaro, agora parece cair no vazio. De todo modo, isso é apenas um aspecto lateral do item mais importante, para Biden e para o mundo, de sua agenda externa: a relação com os chineses.

## Guerra do Peloponeso

Agressividade de Trump ante o regime autocrático de Xi Jinping foi notória. Não houve campo das relações internacionais em que Washington não buscou antagonizar-se a Pequim, o que obedecia a uma lógica: a ditadura comunista chinesa é percebida como uma Atenas do século 21, desafiando o poder constituído da Esparta encarnada na América. Como no século 5º antes de Cristo, contudo, há modos diversos de lidar com a realidade. Por sorte, não se desceu ainda a uma nova Guerra do Peloponeso no mar do Sul da China, apesar dos esforços razoáveis de ambos os lados em permitir um acidente que levasse a isso.

A Guerra Fria 2.0 preconizada por Trump abarcava aspectos comerciais, como a guerra tarifária que até aqui não deu frutos apesar das promessas de trégua, a questão tecnoló-

gica do já citado 5G, e questões de princípio como a autonomia reprimida de Hong Kong. Mas também envolvia uma dimensão militar, com o aumento crescente da disputa sobre o supracitado trecho do Pacífico Ocidental e no estreito de Taiwan.

Trump chegou muito perto de atravessar o que os chineses consideram a linha vermelha com Taipé, enviando diversas altas autoridades para negociar com o governo da ilha que Pequim vê como uma província rebelde pronta para ser retomada.

Nada indica que Biden irá fazer mais do que moderar o linguajar com o que chamou de “seu mais sério competidor”. Em 10 de fevereiro, ele passou duas horas ao telefone com Xi e divulgou ter abordado pontos de divergência em práticas econômicas, na questão de Hong Kong e acerca da repressão chinesa contra a minoria muçulmana do leste do país.

Trump havia deixado o último item como uma bomba na mesa que passou à Biden, pois antes de deixar o cargo acusou formalmente a China de genocídio dos uigures.

O democrata não mudou de opinião. E enviou logo depois de assumir, em 20 de janeiro, dois grupos de porta-aviões, a maior expressão da inigualável capacidade de projeção de poder dos EUA, para treinar no mar do sul da China em fevereiro. Pequim, que considera 85% daquelas águas vitais para suas rotas comerciais como território seu, reagiu com um mês inteiro de exercícios aeronavais na região.

Fiel à política de morde-e-assopra adotada com Putin, no dia em que ligou para Xi, o presidente americano criou uma força-tarefa no Pentágono que terá de apresentar, em quatro meses, uma avaliação sobre os reais riscos militares envolvendo a China e os interesses americanos.

Biden também ordenou mobilizações ostensivas em regiões de atrito com a Rússia de Putin, país que não é um rival econômico, mas que mantém o único arsenal nuclear comparável ao dos americanos no mundo.

Especialistas temem que, em algum momento, forças das três nações acabem se esbarrando no Pacífico, no Báltico ou no mar Negro. Não é irrealismo: em novembro, um navio de guerra russo quase abalroou um outro norte-americano perto de Vladivostok.

Tudo isso, é bom ressaltar, faz parte de uma apresentação aos adversários. Inícios de presidências são momentos em que os novos ocupantes da Casa Branca passam por testes de estresse por parte de rivais.

## Cadeias produtivas

Não será estranho se nos próximos meses o ditador Kim Jong-un fizer alguma demonstração de poderio militar da Coreia do Norte, país que está num certo limbo desde que as negociações de paz com Trump para tentar normalizar o *status quo* com sua vizinha ao sul estagnaram-se.

Biden também montou uma comissão para apresentar um plano de revisão das cadeias produtivas do país, em especial as de semicondutores. A indústria automobilística americana está sob forte pressão pela falta mundial de chips, uma decorrência da pandemia. Além disso, eles são majoritariamente produzidos em Taiwan, na mira fácil de mísseis chineses, e equipam os sofisticados sistemas militares americanos.

Outro campo em que os primeiros momentos da presidência de Biden chamaram a atenção foi o sempre atribulado Oriente Médio.

Aqui o desafio é interessante, dado que o novo balanço de poder na região seja talvez o único feito concreto da gestão Trump,

que não foi unicamente destrutivo no campo externo.

Naturalmente, avaliar isso como positivo ou negativo depende do prisma pelo qual se olha: a série de acordos de paz entre Israel e países árabes ocorre às expensas de atores mais fracos, como os palestinos ou os habitantes do Saara Ocidental.

Mas é inescapável que a aliança embrionária montada entre o Estado judeu e Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Sudão e Marrocos muda o jogo no Oriente Médio e Norte da África. O alvo óbvio é o Irã, o regime dos aiatolás xiitas que rivaliza com a Arábia Saudita, centro do ramo majoritário do Islã, o sunismo, o papel de maior influência na região.

A partir das revoltas colocadas sob o guarda-chuva da dita Primavera Árabe, no começo dos anos 2010, o *status quo* na região foi abalado em favor de Teerã. O país persa, que tem na disputa com os EUA uma “raison d’être”, acelerou tanto seu programa nuclear quanto o de mísseis balísticos. Isso é inaceitável para Israel, ciente do desejo iraniano de obliterá-lo. Assim, uma antes improvável aliança se desenhou com Riad e Tel Aviv como polos, sob as bênçãos da Casa Branca de Trump. Nunca um presidente americano fora tão pró-Israel, e o novo desenho colocado antecipa uma normalização de relações entre israelenses e sauditas, cristalizando uma frente militar poderosa contra Teerã.

Só que Biden sempre foi um crítico da Arábia Saudita, em especial com a ascensão do príncipe herdeiro Mohammad bin Salman. O democrata então decidiu estabelecer riscas na areia: decretou o fim do apoio americano à guerra contra rebeldes xiitas no Iêmen, promovida por Riad, e fez divulgar um polêmico relatório do serviço

de inteligência americano que responsabiliza o príncipe pela brutal morte de um jornalista dissidente.

Tal movimento tem seu preço: o oportunista Putin já aproveitou para reforçar sua oferta de venda de armas sofisticadas russas para a Arábia Saudita, como já fizera com sucesso na Turquia – gerando grande crise entre aquele membro da Otan e os EUA.

A relação com o Irã segue como ponto contencioso. Em janeiro de 2019, quase houve uma guerra com os EUA devido ao assassinato do principal general iraniano por ordem de Trump. Antes, em 2018, o presidente havia retirado seu país do acordo nuclear costurado por Obama, o ex-chefe de Biden, para evitar que o Irã tivesse a bomba.

De fato, o arranjo apenas adiava a questão, tanto que bastou os EUA saírem dele para o regime em Teerã acelerar a produção de material fissil, que pode ser enriquecido até grau de uso militar. Na campanha, o hoje presidente disse que gostaria de retomar as conversas, mas enquanto as sanções econômicas instaladas por Trump estiverem em vigor, o caminho estará bloqueado.

Como se vê, o cardápio de temas sensíveis apresentado a Biden é extenso. Assim que estiver ultrapassada a fase de dizer que tudo está diferente agora, o limite de seu comprometimento será colocado à prova.

Sempre é bom lembrar que, fora os freios e contrapesos típicos da democracia americana, o poder presidencial no país é circunscrito também por eventos exógenos. A Guerra da Coreia (1950), a Baía dos Porcos (1961) e o 11 de Setembro (2001) definiram presidências que nem sonhavam em lidar com tais problemas em sua largada. A própria imprevisibilidade da pandemia lança uma nota cautelar disso a Biden – e, por extensão, a todos os países.

# Governança Tecnológica é Central para as Relações Internacionais

.....  
**RONALDO LEMOS**

**D**entre os diversos protagonismos que o Brasil vem perdendo nos últimos anos está também o protagonismo na área de governança da tecnologia. Essa perda é especialmente lamentável porque a tecnologia tornou-se central para as relações internacionais. Temas como inteligência artificial, internet das coisas, criptomoedas, cibersegurança ou 5G, que até recentemente eram discutidos principalmente por setores ligados à tecnologia, passam agora a fazer parte integral da diplomacia, dos organismos internacionais e das relações entre os países.

Vale notar que de 1992 a 2014 o Brasil teve um papel importante nas discussões internacionais sobre a governança da internet

e da tecnologia de modo geral<sup>1</sup>. Esse protagonismo é ilustrado por alguns marcos, dentre eles o uso pioneiro da rede global, em 1992, como parte da Eco-92; a criação do Comitê Gestor da Internet, em 1995; as políticas de saúde pública relacionadas a patentes colocadas em prática em 2001, no âmbito da Organização Mundial do Comércio; a participação atuante do país em fóruns como o *World Summit on the Information Society*; o lançamento da Agenda para o Desenvolvimento no Âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, em 2006; ou, ainda, a aprovação do Marco Civil da Internet e a organização do Fórum NetMundial em São Paulo, em 2014.

Nesse sentido, o apagão do protagonismo brasileiro relacionado a temas tecnológicos acontece justamente no momento em que a tecnologia tornou-se essencial para as relações internacionais. Neste artigo articulo alguns princípios que podem orientar as

.....  
RONALDO LEMOS é advogado, graduado e doutor em Direito pela USP e mestre em Direito pela universidade de Harvard. Foi pesquisador visitante nas universidades de Oxford, Princeton e no MIT Media Lab e professor visitante da Escola de Relações da Universidade de Columbia, em Nova York, e do *Schwarzman College* na Universidade Tsinghua, em Pequim. Foi vice-presidente do Conselho de Comunicação Social no Senado Federal. Apontado pelo *World Economic Fórum* como um dos Jovens Líderes Globais.

.....  
<sup>1</sup> LEMOS, Ronaldo. *A República Digital* in Schwarz, Lilia Moritz, Starling Heloisa Maria Murgel, and de Barros Alberto Ribeiro Gonçalves. *Dicionário Da República: 51 Textos críticos*. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2019.

políticas internacionais do Brasil relacionadas à tecnologia e aos seus desdobramentos para campos-chave do debate tecnologia no plano internacional, notadamente cibersegurança e inteligência artificial.

### i) Nenhum vento ajuda quem não sabe a que porto veleja

Qual deve ser a orientação de uma política externa brasileira relacionada a tecnologia? Na minha visão essa orientação pode ser sintetizada em uma frase: **precisamos aprender a transformar conhecimento em desenvolvimento econômico e social**. Em outras palavras, o país precisa deixar de ser apenas um grande consumidor de tecnologia e inovação produzidas externamente, para se tornar também produtor nesse cenário. Não há país que possa almejar o desenvolvimento hoje sem construir seu caminho para participar da economia do conhecimento.

Hoje o país possui uma boa capacidade de transformar recursos naturais em valor econômico, como na mineração ou no agro-negócio. No entanto, precisamos ampliar as pessoas, empresas e organizações capazes de transformar conhecimento em valor. É necessário dar um salto que vá além da economia dependente da natureza para uma economia movida a ideias.

É essa habilidade que está em disputa no cenário internacional com relação à tecnologia hoje. Países como os Estados Unidos disputam com a China a liderança na economia do conhecimento. Outra faceta é ilustrada pela afirmação dramática de Vladimir Putin na aula proferida no início do ano letivo da Rússia, em 2017<sup>2</sup>, quando

afirmou que: *“Inteligência Artificial é o futuro, não apenas para a Rússia, mas para toda a humanidade. Ela traz oportunidades colossais, mas também ameaças que são difíceis de prever. Quem se tornar líder nessa esfera irá dominar o mundo. Se nós nos tornarmos líderes nessa área, iremos compartilhar esse know-how com o mundo todo, da mesma forma que compartilhamos nossa tecnologia nuclear”*.

Substitua o objetivo de “dominar o mundo” por “promover o desenvolvimento”, e a afirmação de Putin torna-se razoável para ilustrar o desafio que os países têm hoje na articulação de uma política tecnológica. No entanto, a afirmação de Putin adiciona outro elemento igualmente importante à política tecnológica: a capacidade defensiva. A tecnologia traz oportunidades, mas traz também ameaças, inclusive de dominação. O imperativo de se posicionar quanto a esse tema de forma inteligente no plano internacional diz respeito à manutenção da soberania, da autonomia e de diversidade do país, em contraposição ao determinismo tecnológico.

### ii) Multissetorialismo é um caminho

Se a orientação para uma política externa parte da promoção do desenvolvimento e da defesa contra ameaças derivadas da tecnologia, é preciso visualizar estratégias de resposta a essas demandas. Um dos caminhos estratégicos é o multissetorialismo. Esse princípio parte do reconhecimento de que a tecnologia não é um fenômeno específico de um apenas um setor, mas um elemento estruturante transversal a todos os setores sociais.

Essa visão orientou, por exemplo, o desenvolvimento tecnológico na Ásia, seja no

.....  
2 “Whoever Leads in AI Will Rule the World’: Putin to Russian Children on Knowledge Day.” RT International. Accessed March 4, 2021. [https://www.rt.com/news/401731-](https://www.rt.com/news/401731-ai-rule-world-putin/)

[-ai-rule-world-putin/](https://www.rt.com/news/401731-ai-rule-world-putin/).

Japão, na Coreia do Sul ou na China. Uma ilustração disso está no livro “O Desenvolvimento da Indústria de Tecnologia da Informação da China<sup>3</sup>”, no qual o ex-presidente chinês Jiang Zemin escreve que entender as tecnologias da informação e comunicação como parte da **infraestrutura** do país foi elemento essencial para a promoção dessa indústria. Em outras palavras, a tecnologia não é um campo econômico isolado. Ao contrário, é elemento capaz de afetar todos os setores, da agricultura à indústria, passando pelos serviços públicos e, ainda, as relações internacionais.

Por conta disso, qualquer política tecnológica precisa da articulação de setores que vão além do setor público, incluindo a comunidade científica e acadêmica, o setor privado, o terceiro setor e outros. Basta lembrar que a internet em si foi resultado desse modelo de cooperação multissetorial. Essa prática amplia a capacidade de implementação efetiva de políticas tecnológicas em um momento em que a ação dos governos se torna de eficácia limitada.

### iii) A questão da cibersegurança

Tome-se o exemplo da cibersegurança. Trata-se de área em que o país vem colecionando vexames, como, por exemplo, a publicação de tabelas com senhas de websites do setor público na internet. O vazamento de comunicações privadas de autoridades públicas ou, ainda, o fato de que boa parte dos membros do primeiro escalão do governo federal utilizam celulares, equipamentos e plataformas convencionais, sem qualquer atenção especial à segurança.

Tudo isso leva ao fato de que o país

3 Zemin, Jiang. *On the Development of China's Information Technology Industry*. Burlington, MA: Academic Press, 2010.

hoje ocupa a 70ª posição no Índice Global de Cibersegurança da União Internacional de Telecomunicações publicado em 2018<sup>4</sup>. Mesmo regionalmente, o país se encontra em posição inferior a países como México, Chile, Argentina ou Paraguai.

De 2018 para cá houve avanços. O governo federal editou decreto que definiu a estratégia nacional de segurança cibernética<sup>5</sup>. O documento é robusto e faz uso do multissetorialismo – trata a segurança cibernética como questão pertinente a todos os setores da sociedade e não só ao Estado. Vale repetir, há muito pouco que governos atuando sozinhos (ou o setor militar) podem fazer sem a cooperação de outros setores quanto a esse tema.

O documento valoriza também o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, dois pilares legais da rede no país. Valoriza também o CERT.br, entidade que monitora e responde a incidentes de segurança no país, gerido pelo Comitê Gestor da Internet.

Já com relação aos pontos negativos, há falhas graves. A primeira é um ponto cego imperdoável. Uma das maiores ameaças globais à segurança na rede é a compra de programas-espíões por governos e órgãos públicos, capazes de devassar a vida digital de qualquer pessoa, incluindo autoridades. Um desses programas escancarou há pouco a vida do fundador da Amazon, Jeff Bezos.

O Brasil deveria deixar clara sua posição com relação a programas-espíões (como os chamados “Zero Day Exploits”). Além disso, deveria delinear de forma mais clara as ações do país para defesa contra esse tipo

4 [https://www.itu.int/dms\\_pub/itu-d/opb/str/D-STR-GCI.01-2018-PDF-E.pdf](https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/str/D-STR-GCI.01-2018-PDF-E.pdf)

5 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10222.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10222.htm)

de ataque. O plano brasileiro não traz uma palavra sequer sobre o tema.

Há outros pontos equivocados. O texto inclui nas medidas recomendadas para aumentar segurança digital no Brasil “ampliar o uso do certificado digital”. Não qualquer certificado, mas sim o certificado digital que tem raiz no próprio governo federal, por meio do Instituto de Tecnologia da Informação ligado à Casa Civil, e que custa até R\$ 300 por ano para ser emitido por pessoas físicas.

Aqui, a recomendação não tem a ver com cibersegurança, mas sim com o lobby de quem vende esse tipo de certificado, que é tecnologia ultrapassada e jamais terá escala para ser solução de segurança digital no país. A inclusão desse tipo de recomendação em documento tão importante mina sua credibilidade.

Outra questão é a implementação na prática da estratégia nacional de cibersegurança. O país nos últimos anos tem tido grande sucesso em elaborar planos magníficos sobre desenvolvimento tecnológico. Por exemplo, em 2020 foi publicado decreto estabelecendo a Política Nacional de Inovação<sup>6</sup>, outro documento robusto. No entanto, esses planos acabam se transformando em peças literárias bem-redigidas, mas com pouco ou nenhum impacto prático. Além de planejar, é preciso implementar os planos resultantes, com metas, orçamentos, atribuição de responsabilidades e cooperação multissetorial.

Nesse sentido, vale acompanhar como e quando a estratégia nacional de cibersegurança será efetivamente colocada em prática, inclusive no que tange ao multissetorialismo.

6 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10534.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.534%20C%20DE%2028,disp%C3%B5e%20sobre%20a%20sua%20governan%C3%A7a](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10534.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.534%20C%20DE%2028,disp%C3%B5e%20sobre%20a%20sua%20governan%C3%A7a).

#### iv) Inteligência Artificial

Se em cibersegurança houve pelo menos o desenho de uma estratégia nacional, em inteligência artificial nem isso ocorreu. Nessa área o país precisa rapidamente de um plano concreto. Nenhum país pode se dar ao luxo de não fazer nada do ponto de vista das políticas públicas com relação a essa tecnologia, inclusive por questões relacionadas a emprego e desigualdade.

Estudo do Laboratório de Aprendizado de Máquina da Universidade Federal de Brasília estimou que 54% dos empregos formais correm o risco de desaparecer no Brasil por conta da automação, potencialmente abrangendo 30 milhões de vagas<sup>7</sup>. O estudo foi feito com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e da Classificação Brasileira de Ocupações (COB), valendo-se da metodologia de estudos internacionais.

A inteligência artificial é outro exemplo de tecnologia que deve ser vista como parte da infraestrutura do país, uma vez que é capaz de gerar externalidades positivas e negativas para todas as atividades econômicas e sociais. Há aqui, também, a questão de segurança nacional. Países que não dominam a inteligência artificial têm risco de se tornarem subalternos no terreno geopolítico.

Um alerta nesse sentido foi feito por Kai-Fu Lee em artigo no New York Times: *“Então, se a maioria dos países não será capaz de tributar empresas ultralucrativas de Inteligência Artificial para subsidiar seus trabalhadores, que opções esses países terão? Eu vejo apenas uma: a não ser que queiram mergulhar suas populações na po-*

7 “NA ERA DAS MÁQUINAS, O EMPREGO É DE QUEM? ESTIMAÇÃO DA ...” Accessed March 4, 2021. [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9116/1/td\\_2457.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9116/1/td_2457.pdf).

*breza, eles serão forçados a negociar com qualquer país que seja responsável por seu software de Inteligência Artificial – a China ou os Estados Unidos – para, essencialmente, tornarem-se economicamente dependentes, recebendo subsídios de bem-estar social em troca de deixarem que as empresas de Inteligência Artificial do país “paterno” continuem a lucrar a partir dos usuários do país dependente. Esses arranjos econômicos reconfigurariam as alianças geopolíticas atuais<sup>87</sup>.*

Quem enxergar ecos de colonialismo nessa situação não estará equivocado. De um lado, países que controlam as tecnologias de inteligência artificial. De outro, países dependentes, que exportam matérias-primas para alimentar o funcionamento da inteligência artificial.

Por isso, é fundamental o Brasil acordar para essa necessidade. Já estamos atrasados. Hoje são mais de 50 os países do mundo que têm planos nacionais de inteligência artificial, além da China e dos Estados Unidos, tais como Canadá, França, Reino Unido e Singapura. Na América Latina, Argentina, Chile e Uruguai. Novamente, a questão aqui não é só fazer o plano, mas assegurar que ele seja implementado. Quanto mais o tempo passa, mais difícil fica responder aos desafios dessa tecnologia.

O que deve conter um plano nacional

.....  
8 Lee, Kai-fu. “The Real Threat of Artificial Intelligence.” The New York Times. The New York Times, June 24, 2017. <https://www.nytimes.com/2017/06/24/opinion/sunday/artificial-intelligence-economic-inequality.html>. “So if most countries will not be able to tax ultra-profitable A.I. companies to subsidize their workers, what options will they have? I foresee only one: Unless they wish to plunge their people into poverty, they will be forced to negotiate with whichever country supplies most of their A.I. software — China or the United States — to essentially become that country’s economic dependent, taking in welfare subsidies in exchange for letting the “parent” nation’s A.I. companies continue to profit from the dependent country’s users. Such economic arrangements would preshape today’s geopolitical alliances

de inteligência artificial? Ao menos quatro coisas. A primeira é um programa amplo de capacitação para lidar com inteligência artificial. É preciso formar uma geração de pessoas capazes de pensar e implementar projetos nesse campo. Esse esforço vai da escola ao ensino superior.

O segundo ponto é institucionalizar essa política, em parceria com o setor privado e a comunidade científica, no modelo multisetorial. O Reino Unido, por exemplo, criou agências de inovação para promover a integração, de forma ética e segura, tal como o *Centre For Data Ethics and Innovation*.

O terceiro ponto é criar uma política nacional de gestão de dados, especialmente dados públicos. A matéria-prima que move a inteligência artificial são volumes avassaladores de dados. Nesse sentido, trabalhar na interoperabilidade das bases de dados, na criação de “data lakes” públicos e em uma estratégia para o tema é essencial. Essa estratégia deve ser capaz de fomentar empresas de tecnologia e processamento de dados brasileiras. Tudo isso sem deixar de lado segurança e privacidade.

Por fim, é preciso trabalhar em “reskilling”, isto é, preparar o contingente de pessoas que podem perder seu emprego para novas funções. Estamos vivendo uma primavera da inteligência artificial, que pode facilmente se converter em inverno para todos os países despreparados para lidar com o tema.

## v) Conclusão

Tal como no poema de João Cabral de Melo Neto, “galo sozinho não tece uma manhã”. As relações internacionais e a cooperação internacional estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento tecnológico. A pandemia da Covid-19 acelerou o

processo de digitalização da vida humana. Todas as organizações estão se convertendo em plataformas digitais, inclusive os governos e os conflitos internacionais. Isso, por um lado, traz enorme resiliência para enfrentar desafios dessa magnitude. Por outro, traz ameaças que precisam ser pensadas à luz de uma estratégia nacional clara.

No Brasil a questão da tecnologia permanece secundária no âmbito das relações internacionais. Os posicionamentos do país nessa área nos últimos anos têm sido erráticos, cômicos ou puramente irresponsáveis.

O mesmo princípio do mutissetorialismo se aplica à formulação de políticas tecnológicas e deveria incidir na condução do Itamaraty.

Por conta da centralidade da tecnologia nas relações internacionais, nunca foi tão necessária a formulação das políticas internacionais do país com a força e a eficácia conferida pelo modelo multissetorial. Paradoxalmente, nunca foi tão grande o isolamento dessas políticas. Aliar desenvolvimento tecnológico e política internacional é o primeiro passo a ser dado para um novo modelo de política internacional eficaz no país.

# Itaipu e o Desafio da Continuidade

.....

**JOSÉ LUIZ ALQUÉRES**  
**ALTINO VENTURA FILHO**

**N**o começo da década de 70, o consumo de energia elétrica no Brasil crescia à taxa anual de 12%. Este ritmo impunha que o parque gerador brasileiro dobrasse de tamanho a cada seis anos. Um crescimento que implicava uma escala de expansão anual fantástica para a época. Algo como 3.000 MW anuais. Como as obras de grandes barragens ofereciam a mais econômica rota de expansão, o que era comprovado por uma série de estudos de inventário do potencial hidrelétrico de bacias hidrográficas, o país vinha construindo usinas cada vez maiores.

Furnas, Itumbiara e Ilha Solteira eram exemplos de notáveis conquistas da engenharia nacional. Sendo as obras hidrelétricas de longo prazo de projeto e construção, o país foi induzido a manter um programa

de obras para atender a um mercado que era o quádruplo do mercado de então, o que demandava um enorme dispêndio em materiais, serviços e, especialmente, juros durante a construção. Tais juros pesam desde o início dos desembolsos de um projeto. Eles vão se acumulando, mas o pagamento só começa dez, às vezes 12 anos depois, quando começa a geração do projeto.

Somava-se a este quadro, fruto da dinâmica de crescimento do mercado em período que ficou conhecido como os anos do “milagre brasileiro”, três outros importantes fatores que reforçaram a estratégia de oferta vigorosa de energia elétrica como fator de desenvolvimento.

O primeiro deles era a oportunidade de se encarar a solução de um problema de fronteira com o Paraguai, já objeto da “Ata das Cataratas”, assinada em 1966 entre os dois países. Ali foram decididos caminhos para o aproveitamento do grande potencial hidrelétrico em suas fronteiras, o que já vinha sendo discutido anteriormente. Em 1973, os dois países assinaram o “Tratado de Itaipu”, que lançou as bases para a criação do lago e da

.....  
JOSÉ LUIZ ALQUÉRES é ex-presidente e ex-diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobras. É conselheiro do Clube de Engenharia e membro honorário do IHGB.

ALTINO VENTURA FILHO é ex-presidente e ex-diretor de planejamento e engenharia da Eletrobras, além de ex-diretor geral da Itaipu Binacional.

usina que seriam criados na zona fronteira, tratando de detalhes sensíveis de sua demarcação. Este tratado, que não tem previsão de encerramento, completa 50 anos em 2023, e é de crucial importância, para ambos os países, sua manutenção. Seus três anexos, que disciplinam detalhes técnicos da usina binacional, sua construção e operação, especialmente preços e uso da energia no Anexo C, deverão ser rediscutidos nos próximos dois anos até a data da sua vigência.

O segundo fator era o impulsionamento da tendência de geração elétrica limpa e substituição de combustíveis importados por fontes locais, como veio a ocorrer especialmente com o álcool combustível, tendência que se fortaleceu nos arraiais estratégicos com o chamado primeiro choque do petróleo, um aumento dos preços de petróleo comandado pelo cartel de produtores denominado OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo. A isso se somou o crescimento da consciência ambiental a partir da Conferência das Nações Unidas na Suécia, em 1972, posteriormente reforçado com o Relatório Brundtland.

Além disso, gerar receita de exportação, capaz de pagar a conta do petróleo, passou a ser uma necessidade para se sustentar a taxa de crescimento da economia brasileira. Esta busca da autossuficiência energética, conjugada a interesses estratégicos na visão de então, acelerou a celebração, em 1975, do Acordo Nuclear com a Alemanha para uso pacífico da energia nuclear. Tal acordo era voltado ao domínio de todo ciclo da exploração e produção de elementos combustíveis nucleares, além da construção de oito usinas nucleares, totalizando cerca de 10.720 MW de capacidade instalada.

O terceiro fator, consequência natural dos dois anteriores, era promover integração dos

sistemas elétricos brasileiros, assegurando mercado e também a redução das desigualdades regionais. Neste sentido, já se tinha aprendido com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco uma importante lição: era crucial a boa oferta de energia para viabilização do desenvolvimento regional. A integração do arquipélago de pequenos sistemas então existentes no SIN – Sistema Interligado Nacional –, efetuada por meio de uma rede de extra alta-tensão, levaria a energia de Itaipu para os centros consumidores do Sudeste e do Sul e, posteriormente, integraria – por meio da denominada “interligação Norte-Sul” – futuros aproveitamentos do Nordeste e do Norte a mercados das demais regiões. O SIN foi um esforço iniciado também no início da década de 70, na dimensão operativa e também na de desenvolvimento tecnológico, com a criação do Centro de Estudos e Pesquisas em Energia Elétrica (Cepel), que, a exemplo do que foi o Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes) para a Petrobras no domínio da exploração do petróleo em águas profundas, foi o mesmo para a Eletrobras no tocante à transmissão de energia a longas distâncias.

### **Perdas de oportunidades 50 anos depois**

Este artigo trata especialmente do primeiro dos fatores acima, dos problemas urgentes de Itaipu e da necessidade de o Brasil criar grupos de estudo e de negociação para não vir a ser surpreendido em futuras mesas de trabalho, despreparado e, especialmente, sem sequer conhecer a extensão da importância do assunto. Medidas observadas recentemente, parecem justificar o receio de que o Brasil deixe de aproveitar da melhor maneira oportunidades que se criarão a par-

tir de 2023, quando se completa o aniversário de 50 anos do Tratado de Itaipu.

Vamos começar abordando o assunto de forma indireta: o preço da energia elétrica para o consumidor está caro no Brasil. Destacamos que pode ficar ainda mais, pois a tarifa da energia de Itaipu inclui um adicional para a realização de obras no Brasil (principalmente no Estado do Paraná) e no Paraguai. Estas obras não têm necessariamente relação direta com a atividade de produção de energia elétrica. Há, por exemplo, pontes, mercados e praças municipais, além de pistas de aeroporto, estradas vicinais, etc. Parece haver abuso desta interpretação, e isso justifica a inclusão de obras indevidas nesta lista.

A usina hidrelétrica de Itaipu foi saudada como uma das sete maravilhas do mundo moderno. Ela é celebrada não apenas pelo seu grande porte, feito excepcional da engenharia brasileira, mas também por se constituir no melhor exemplo mundial de relações corretas entre dois países de poder econômico muito diferentes. Mérito do Itamaraty nisso. A proximidade do fim do pagamento do financiamento da Eletrobras para a entidade Itaipu Binacional, objetivando a construção da usina binacional, tem criado, porém, um tipo de expediente, esperteza de origem fisiológica, que compromete suas finalidades.

Itaipu é o caso de *project finance* de mais alto índice de alavancagem que se tem notícia. O capital da empresa resulta de um aporte de 100 milhões de dólares norte-americanos da Eletrobras e da Ande (*Administración Nacional de Electricidad*), empresa de energia elétrica paraguaia, equivalente à nossa Eletrobras. Note-se, porém, que foi o Brasil, por meio de um empréstimo ao Banco Central do Paraguai, que proveu os recursos necessários para que a Ande fosse capitalizada. O investimento direto para a construção da

usina, da ordem de 12 bilhões de dólares norte-americanos (transformados em cerca de 20 bilhões de dólares norte-americanos, com os juros incidentes durante a construção de mais de dez anos do empreendimento), foram integralmente financiados pela Eletrobras à Itaipu Binacional, por meio de contrato em moeda norte-americana, com amortização integral até 2023.

### Itaipu virou “binacional Paraná-Paraguai”

A Itaipu Binacional é a empresa paritária criada pelos dois países para construir, operar e comercializar a sua energia para a Eletrobras, no caso brasileiro, e para a Ande, no caso paraguaio. Simplificadamente, a tarifa de Itaipu é estabelecida pelas regras do Anexo C do tratado, que fixa sua receita em um nível suficiente para cobrir os seus custos, sem gerar lucros financeiros para a entidade binacional.

Os três principais custos são: a) pagamento do financiamento da Eletrobras, amortização e juros do empréstimo (o mais significativo dos três); b) pagamento do uso dos recursos hídricos pela energia produzida, em igualdade para os dois países, que são os proprietários dos recursos naturais do Rio Paraná. A parcela brasileira é distribuída por lei nacional, entre o Estado do Paraná, os municípios junto ao lago da usina (esses dois últimos recebem cerca de 90%) e outras entidades nacionais; c) pagamento dos dispêndios relacionados à administração, à operação e manutenção da usina, à preservação do meio ambiente e, finalmente, à inserção da usina na região, inclusive no apoio ao turismo técnico e de lazer. Observe-se que este último custo deveria ser da ordem de 200 milhões de dólares, já estando, porém, superior a 700 milhões de dólares, pois

a tarifa de Itaipu está elevada em função de parcela significativa para a realização das obras no Brasil (Paraná) e no Paraguai. Sendo o tratado firmado em moeda estrangeira, a oscilação cambial gera apreensão nos adquirentes da energia de Itaipu, cerca de 85% dos quais são consumidores brasileiros.

O que tem acontecido nos últimos anos – elevação dos custos de operação e manutenção, a partir de uma redefinição injustificada do papel da Itaipu Binacional – levou a empresa binacional a se envolver em programas de investimentos de infraestrutura no estado do Paraná e no Paraguai. Isto significa uma forte evasão de recursos setoriais brasileiros, necessários para diversas atividades prioritárias na área da energia elétrica nacional. Adicionalmente, isto tem contribuído para a elevação das tarifas para os consumidores brasileiros de energia elétrica de todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, que recebem e pagam pela energia de Itaipu.

Um outro aspecto que deve ser ressaltado é que qualquer excedente financeiro da entidade binacional, sempre evidentemente dentro das regras do tratado, deve ser direcionado, através da Eletrobras e da Ande, para os governos dos dois países. Estes possuem, certamente, mais condições e legitimidade para definir prioridades para investimentos nos dois países do que a direção executiva da empresa binacional. Conforme ressaltado anteriormente, o Estado do Paraná e os municípios nas proximidades do lago da usina já recebem grande parcela oriunda dos pagamentos pelo uso dos recursos hídricos do rio Paraná. Críticos comentam que, na realidade, Itaipu virou a “binacional Paraná-Paraguai”, um expediente lesivo ao pacto federativo para beneficiar uma unidade da federação com recursos que deveriam beneficiar todas.

## **Redução de custo pelo fim do financiamento**

A partir de 2023, com a quitação integral do financiamento da Eletrobras para a construção da usina binacional, o custo da energia de Itaipu Binacional terá uma forte redução, devido ao desaparecimento do seu componente principal, a amortização do financiamento para a construção da usina binacional. A depender de novas regras a serem definidas para o próximo Anexo C, o Brasil e o Paraguai poderão dispor, anualmente, de um grande excedente financeiro.

Esse excedente, considerando custos competitivos correntes da energia de Itaipu internalizada nos dois países, poderá significar por muitas e muitas décadas algo entre 1,5 bilhões a 2 bilhões de dólares americanos anualmente, para cada país.

- Com tais recursos oriundos de Itaipu, o Brasil poderia implementar investimentos no setor que se mostram essenciais. Por exemplo:
- Recuperação de bacias hidrográficas, com investimentos ambientais em mananciais e melhoria dos recursos hídricos dos rios que estejam eventualmente deteriorados;
- Desenvolvimento tecnológico necessário ao setor elétrico nacional, com o apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento, considerando a fase atual de transição energética, no contexto das mudanças climáticas, com a necessária redução do uso dos combustíveis fósseis e o importante novo papel das fontes energéticas renováveis com baixa emissão de gases de efeito estufa, que o Brasil tem em abundância;
- Programas de treinamento e qualificação de profissionais para enfrentar com efici-

ência os desafios do setor elétrico, que se torna cada vez mais complexo na atual fase de transição energética;

- Participação na construção de empreendimentos estratégicos e considerados prioritários do setor elétrico nacional, como a conclusão de Angra III, programas de eficiência energética e de elevação da confiabilidade do suprimento ao sistema interligado nacional, considerando a crescente importância da energia na economia nacional e as demandas dos consumidores e da sociedade por uma melhor qualidade do suprimento;
- Programas sociais de apoio aos consumidores de baixa renda; e
- Eventual recuperação socioambiental de projetos do setor elétrico que sofreram modificações no contexto das mudanças climáticas e outros usos dos empreendimentos, particularmente os hidrelétricos.

As inaugurações de obras públicas recentes efetuadas na presença do presidente da república brasileira parecem indicar que os investimentos acima não contarão com os recursos de Itaipu. O programa de investimentos em curso (nova Ponte da Amizade, Aduanas nos dois países, outra ponte em Porto Murtinho, estradas e distribuição de recursos a municípios do Estado do Paraná), ao qual se somarão montantes equivalentes no lado paraguaio por paridade (“*la paridad es la regla de oro*”), além do espaço ganho pela quitação do financiamento para a cons-

trução da usina binacional, aparentemente será preenchido por dispêndios e investimentos em um único estado da federação e em um país amigo (ao menos isso), em detrimento dos consumidores brasileiros.

Neste momento está colocado, enfim, o desafio de repensar o aproveitamento das oportunidades que surgirão com o encerramento de compromissos financeiros firmados no Tratado de Itaipu. Hoje o Itamaraty parece enfraquecido, as relações internacionais do Brasil conturbadas e o presidente do Paraguai sob ameaça de *impeachment*. Neste cenário, é urgente que criemos condições favoráveis para discussão estratégica e pública sobre o futuro de Itaipu que, por extensão, rebata no futuro dos aproveitamentos binacionais ao longo de nossa fronteira (talvez 40.000 MW de potencial hidrotérmico de geração) e, também, no futuro papel da Eletrobras.

Cinquenta anos após o tratado, o Paraguai é outro país, mais desenvolvido, com uma classe média instruída, uma agricultura pujante e grande exportador de uma energia limpa e renovável. A bela história de Itaipu, começa na Ata das Cataratas, cujo texto contou com o concurso do embaixador Guimarães Rosa, nosso maior escritor do século XX. Ela segue com o Tratado de Itaipu, ambos documentos permanentes e marcos na diplomacia dos dois países referendados pelos respectivos parlamentos. A partir de 2023, esta história deverá seguir com um Anexo C reexaminado, ajustado, eventualmente em parte renegociado, mas sem se perder de vista os altos propósitos que ensejaram este capítulo das nossas relações internacionais.

# Após 30 anos, Mercosul Requer Freio de Arrumação

.....  
**RUBENS BARBOSA**

O Tratado de Assunção, que criou o Mercosul – assinado em 26 de março de 1991 entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – comemora 30 anos neste ano. Como mecanismo de abertura de mercado e liberalização de comércio, o Mercosul está hoje paralisado e tornou-se irrelevante do ponto de vista comercial, representando apenas 6,2% do intercâmbio total do Brasil, depois de ter subido a quase 16% do comércio exterior total.

Nas três décadas de existência, o processo de integração dos países do Cone Sul alternou períodos de forte expansão e estagnação, tanto do ponto de vista econômico, quanto institucional. Em geral, do ponto de vista do setor privado, o exercício foi positivo, no sentido de que os empresários passaram a se envolver nas negociações de acordos comerciais e a voltar sua atenção para nosso entorno como mercado para seus produtos manufaturados.

Desde o início o Mercosul enfrentou desafios para sua construção. Uma de suas características ao longo de todos esses anos foi a incerteza, quanto à sua consolidação e quanto ao seu futuro. A ideia de formar um mercado comum em quatro anos, a partir de 1991, como previsto no Tratado, simboliza o grau de ambição não respaldada na realidade de todo o processo. A consolidação e o futuro do Mercosul sempre ficaram na dependência da evolução econômica e comercial de seus membros e de decisões políticas que afetaram a evolução natural do bloco. Por mais de dez anos, politizado, transformou-se em fórum político e social.

A situação atual não é diferente. Há desafios políticos e técnicos que tornam o processo de integração sub-regional ainda mais incerto. No campo político, os presidentes da Argentina e do Brasil, por motivações ideológicas, não se falam há dois anos. As conversas continuam em níveis técnicos, mas o apoio do mais alto inexistente. No ano passado, a Argentina anunciou que deixaria de participar das negociações dos atuais acordos comerciais e das futuras negocia-

.....  
RUBENS BARBOSA é diplomata, presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e foi embaixador em Londres e Washington.

ções do bloco, para, depois, recuar e anunciar que continuaria nas negociações do Mercosul, mas em um ritmo diferente dos demais membros.

A justificativa principal da Argentina foi de que estava tomando a decisão para evitar os efeitos negativos da pandemia. Posteriormente, o país decidiu que não participaria das negociações com a Coreia para não afetar sua indústria. As negociações para a inclusão de açúcar e automotriz continuaram fora do Mercosul pela resistência argentina. Com relação à Tarifa Externa Comum – tão perfurada que justifica a qualificação do Mercosul como uma União Aduaneira imperfeita –, o Brasil, em 2019, propôs uma redução de 50% e, agora, aceita discutir a redução a cerca de 20%, sempre com a oposição da Argentina.

### **Política de meio ambiente dificulta avanços**

O acordo de livre comércio mais importante, negociado com a União Europeia, há mais de ano, está paralisado por objeções de parte de alguns países europeus em função da política de meio ambiente brasileira. Estão em negociação ou sendo preparados acordos com a associação europeia, a *European Free Trade Association* – EFTA, e ainda com México, Canadá, Líbano, Cingapura, Coreia do Sul, América Central, Reino Unido, Indonésia e Vietnã.

Este ano, por iniciativa do Uruguai, foi revivida a proposta de flexibilizar o Mercosul para permitir que seus membros possam, individualmente, concluir acordos de livre comércio com outros países. Pretende-se que, na Reunião de Cúpula prevista para este mês de março (2021), a ideia comece a ser examinada. A discussão vai ser longa em função de interesses concretos que difi-

cultam a superação de questões técnicas (como ficaria a TEC? O Tratado de Assunção teria de ser renegociado?) e políticas (fim da União Aduaneira e volta a uma área de livre comércio?).

Apesar dessas incertezas e desafios, cabe registrar recentes avanços significativos: o Estatuto da Cidadania (acordo sobre previdência social, residência, passaporte comum); e a negociação com diversos países de acordos de facilitação de comércio, de cooperação de investimento, de comércio eletrônico e de compras governamentais. Em termos institucionais, a redução e simplificação da burocracia, do número de órgãos internos, e o enxugamento do orçamento do Mercosul.

O fortalecimento do Mercosul, em termos econômicos, requer vontade política para entender o que está acontecendo no mundo e visão de futuro. O regionalismo está se fortalecendo como resposta à globalização, como vemos na Ásia, com o RCEP e o CCTPP; na América do Norte (Nafta); na Europa e na África.

Na contramão da história, a América do Sul, está se desintegrando. Aliança voltada para Ásia pouco avançou na negociação Mercosul. Como fazer face às transformações globais e à presença China na região? Ao mesmo tempo, Mercosul deveria voltar-se mais para a Ásia e propor a adesão na parceria à Transpacífica (CCPTT, em inglês), acordo que inclui Japão, Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Chile, Cingapura, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã. Com isso, o bloco negociaria de uma só vez com 11 países, nivelaria as preferências tarifárias e eliminaria as vantagens de produtos desses países que disputam o mercado asiático com minério de ferro, soja, milho, entre outros.

## Desenvolvimento sustentável em foco

**A**o comemorar 30 anos, o Mercosul, em termos de negociação externa, enfrenta seu maior desafio: a ratificação e a implementação do Acordo de Livre Comércio com a União Europeia.

O processo de aprovação do Acordo nos países europeus não será fácil em virtude da prioridade que o meio ambiente e a mudança de clima passaram a ter para os países do velho continente. A vontade política do cumprimento dos compromissos na área de meio ambiente assumidos pelo Mercosul, em especial pelo Brasil, está sendo colocada em questão.

O capítulo de desenvolvimento sustentável, incluído no acordo, talvez seja o mais desafiador, em vista da atual política de meio ambiente e mudança de clima do governo brasileiro. A crescente força política dos partidos verdes, nos parlamentos dos países europeus, poderá representar um obstáculo para a ratificação do acordo, caso a atual política ambiental brasileira não se modifique, como exemplificado pela crise em relação ao Fundo Amazônico, que resultou na suspensão de recursos financeiro recebidos da Alemanha e da Noruega.

Os compromissos assumidos pelos países-membros, no tocante ao desenvolvimento sustentável, estão incluídos em 18 artigos que cobrem acordos relacionados ao comércio e meio ambiente, ao comércio e biodiversidade, ao comércio e preservação de florestas, além de regras da Organização Internacional do Trabalho, inclusive a Resolução 169, que trata da exploração de terras indígenas. São mencionados, explicitamente, os principais acordos internacionais como os derivados de Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento,

Conferência Quadro da ONU sobre mudança do clima, Convenção sobre diversidade biológica, Convenção da ONU de combate à desertificação, o Acordo de Paris de 2015, regras da OMC e Resoluções de outros organismos internacionais. O descumprimento dos dispositivos dos acordos poderá acarretar boicotes e mesmo restrição de importação de produtos agrícolas nacionais.

Além disso, foi aprovado o princípio da precaução, por insistência da UE, pela qual, pelo não cumprimento de acordos de meio ambiente, energia ou trabalho forçado ou infantil, poderia ser barrada a importação de determinado produto. Os negociadores do Mercosul, contudo, conseguiram manter esse princípio fora das regras da solução de controvérsias comerciais e também modificaram o caráter unilateral da medida, ao passar o ônus da prova para o lado europeu e abrir espaço para negociações políticas entre as duas partes.

O mundo mudou e as preocupações com o meio ambiente, a mudança do clima e a preservação das florestas entraram definitivamente na agenda global. A falta de informação interna dos compromissos internacionais assumidos pelos diferentes governos nas últimas décadas e a crescente percepção externa negativa sobre as políticas ambientais criam uma incerteza adicional para o setor produtivo, em especial o do agronegócio. Por pragmatismo e realismo, se quiser ratificar o acordo com a UE, superando preconceitos ideológicos, o governo não poderá continuar a ignorar essa agenda inevitável.

## Perda da competitividade

**O** segundo desafio é a superação da perda da competitividade dos produtos brasileiros na implementação do acordo. Para

aproveitar as preferências tarifárias recebidas e para manter a participação no mercado interno, os produtos industriais deverão melhorar significativamente sua competitividade e passar a receber um tratamento isonômico em relação ao produzido em outros países. Sem que isso ocorra, será difícil competir no mercado europeu com produtos importados de outras áreas, como EUA, China e Coreia. A União Europeia vai abrir seu mercado de imediato com tarifa zero para 75% de suas importações e mais 10% em quatro anos. Em dez anos, 100% do mercado europeu estará aberto com tarifa zero.

Não se pode esperar dez anos para colocar a casa em ordem e aprovar reformas, como a tributária, a administrativa do Estado e a da estrutura tarifária interna. A aprovação da reforma trabalhista e a da previdência social foram avanços importantes no caminho da modernização do Estado. Faz-se necessário um amplo programa de desburocratização, de simplificação e facilitação de negócios e de melhoria na logística (portos, estradas, ferrovias), a fim de reduzir o chamado custo Brasil. Esse ônus para as empresas chega a mais de 30%, com o custo de 22% do PIB, e torna o produto nacional pouco competitivo.

Em paralelo, um eficiente programa de inovação por parte da empresa e de políticas públicas ajudaria a modernizar a operação das companhias que produzem para o mercado doméstico e também exportam. Estudo recente da Fiesp, mostra que a indústria nacional ainda está lenta para procurar

alcançar o nível de 4.0 (75% das indústrias ouviram falar de indústria 4.0, 1,3% tem investimento em 4.0 (em faturamento) e 23% estão implementando ações de indústria 4.0.

Será importante que governo e setor privado atuem conjuntamente pois é objetivo comum gerar a confiança para a volta do investimento, o que traria crescimento da economia e redução do desemprego. O acordo com a UE tenderá a forçar governo e setor privado a trabalhar com o Congresso Nacional para a aprovação da legislação de forma a tirar o Brasil do atraso em que se encontra, sobretudo em termos tecnológicos.

O fortalecimento do Mercosul, em termos econômicos, requer vontade política para entender o que está acontecendo no mundo e reagir adequadamente. Depois de 30 anos, o Mercosul precisa de um freio de arrumação. Além da flexibilização e da redução da TEC, novos temas precisam ser discutidos, como cadeias produtiva regional, acumulação de origem, autonomia regional soberana, 5G e estratégia de negociação conjunta. O Protocolo de Ouro Preto, que criou a União Aduaneira, em 1994, prevê em seu artigo 47 que os países-membros poderão convocar uma Conferência Diplomática para examinar sua estrutura, seu funcionamento e sua operação. Em vista do quadro geral e das importantes propostas em discussão, caso convocada, essa Conferência, pela primeira vez, poderia, com visão de futuro, discutir políticas e medidas para fortalecer e revigorar o Mercosul.

UM JEITO  
SUPERSIMPLES  
DE TER UM BANCO  
SUPERSÉRIO.

# QUEM SABE, SAFRA.



ABRA  
SUA CONTA  
PELO APP

A abertura da conta corrente e a contratação dos produtos de crédito estão sujeitas à análise e aprovação do Banco Safra S.A. Central de Atendimento Safra: 55 (11) 3253-4455 (capital e Grande São Paulo) e 0300-105-1234 (demais localidades) – de 2ª a 6ª feira, das 8h às 21h30, exceto feriados; Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): 0800-772-5755; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-772-4136 – de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h, e sábado, das 9h às 15h; \*Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito): 0800-770-4236; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-727-7555 – de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados; ou acesse: [safra.com.br/atendimento/ouvidoria.htm](http://safra.com.br/atendimento/ouvidoria.htm). [www.safra.com.br](http://www.safra.com.br) \*Horário de atendimento especial do SAC durante a pandemia (covid-19).



"O **IRICE** é um *think tank* independente, sem vinculação com partidos ou grupos de interesse e voltado para discutir com profundidade e objetividade temas políticos e econômicos do Brasil com visão de futuro.

Sua missão é fortalecer os valores democráticos do livre comércio.

Ao promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais, o **IRICE** contribui para o exame de formas de re-inserção do Brasil na economia global em rápida transformação e nos fluxos dinâmicos do comércio internacional"

***Embaixador Rubens Barbosa, Presidente***



**IRICE** )) Instituto de Relações Internacionais  
& Comércio Exterior

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2413 – Sobreloja – Conj.B – Jardim Paulistano  
São Paulo – SP – 1452-000 – Tel. 11 3039 63 32 – [irice@irice.com.br](mailto:irice@irice.com.br)

[www.irice.com.br](http://www.irice.com.br)

# 14 ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL



## ANUNCIE NA INTERESSE NACIONAL



Representante nacional e internacional exclusiva desta e de mais de 100 veículos de mídia.

+ 55 11 3078.5840 | [www.lemidia.com.br](http://www.lemidia.com.br)